

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	10.851.466	9.366.384
1.01	Ativo Circulante	3.086.306	2.426.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	255.426	166.015
1.01.02	Aplicações Financeiras	79.253	92.376
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	79.253	92.376
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	79.253	92.376
1.01.03	Contas a Receber	1.702.004	1.409.635
1.01.03.01	Clientes	1.702.004	1.409.635
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	2.241.922	1.835.870
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-539.918	-426.235
1.01.06	Tributos a Recuperar	624.712	514.140
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	624.712	514.140
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	140.746	112.810
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	483.966	401.330
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	424.911	244.720
1.01.08.03	Outros	424.911	244.720
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	59.242	79.108
1.01.08.03.03	Outros créditos	180.415	83.419
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	44.033	17.079
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	141.221	0
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	0	65.114
1.02	Ativo Não Circulante	7.765.160	6.939.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.743.011	4.888.015
1.02.01.04	Contas a Receber	102.519	75.431
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	102.519	75.431
1.02.01.07	Tributos Diferidos	69.503	32.142
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	69.503	32.142
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.570.989	4.780.442
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados	48.349	47.676
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	30.834	28.583
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	21.974	25.520
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	3.547.956	3.026.407
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	839.367	1.070.993
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos	27.313	483
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	241.143	0
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	814.053	580.780
1.02.03	Imobilizado	53.577	43.564
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.577	43.564
1.02.04	Intangível	1.968.572	2.007.919
1.02.04.01	Intangíveis	1.968.572	2.007.919
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.853.559	1.847.773
1.02.04.01.02	Software	115.001	160.146
1.02.04.01.04	Bens de renda	12	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	10.851.466	9.366.384
2.01	Passivo Circulante	3.088.873	2.875.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.274	59.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.274	59.325
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	46.274	59.325
2.01.02	Fornecedores	1.470.314	1.024.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.470.314	1.024.557
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	1.142.504	924.935
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	15.035	2.008
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	312.775	97.614
2.01.03	Obrigações Fiscais	223.719	238.277
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.508	110.361
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.182	71.110
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	54.326	39.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	161.218	123.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.993	4.436
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	561.268	828.127
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	188.156	637.557
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.725	67.116
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	129.431	570.441
2.01.04.02	Debêntures	373.112	190.570
2.01.04.02.01	Debêntures	373.112	190.570
2.01.05	Outras Obrigações	783.700	725.404
2.01.05.02	Outros	783.700	725.404
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	380.684	317.774
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	199.984	130.276
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	13.202	1.241
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.338	1.530
2.01.05.02.10	Outras obrigações	135.782	98.070
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	50.368	91.892
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	2.342	2.944
2.01.05.02.13	Passivo financeiro setorial	0	81.677
2.01.06	Provisões	3.598	0
2.01.06.02	Outras Provisões	3.598	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.276.457	3.260.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.785.413	1.662.022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.557.567	319.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	775.617	304.580
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	781.950	14.429
2.02.01.02	Debêntures	1.227.846	1.343.013
2.02.01.02.01	Debêntures	1.227.846	1.343.013
2.02.02	Outras Obrigações	1.247.932	1.403.595
2.02.02.02	Outros	1.247.932	1.403.595
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.700	3.488
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	100.833	110.398
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	47.425	16.820

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.02.02.08	Outras obrigações	9.826	15.483
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	7.714	0
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.079.833	1.128.538
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	601	1.325
2.02.02.02.12	Passivo financeiro setorial	0	127.543
2.02.04	Provisões	243.112	194.529
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	233.243	194.529
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.550	29.733
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	125.135	121.936
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	73.546	42.860
2.02.04.02	Outras Provisões	9.869	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.486.136	3.230.548
2.03.01	Capital Social Realizado	914.346	892.246
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.849.225	1.981.033
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	934.965	934.965
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	109.708
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	865.415	887.515
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	359.282	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.612	-1.402

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.257.799	5.573.658	1.385.663	4.124.787
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.042.286	-4.888.173	-1.248.851	-3.582.121
3.03	Resultado Bruto	215.513	685.485	136.812	542.666
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.022	-282.410	-59.000	-283.239
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.670	-6.670	-350	-1.223
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.240	-128.798	-38.772	-147.072
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-109.166	-161.106	-22.471	-145.181
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.054	14.164	2.593	10.237
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.491	403.075	77.812	259.427
3.06	Resultado Financeiro	50.921	78.637	-15.541	-66.317
3.06.01	Receitas Financeiras	147.553	639.509	81.834	322.989
3.06.02	Despesas Financeiras	-96.632	-560.872	-97.375	-389.306
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.412	481.712	62.271	193.110
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.369	-122.430	-14.310	-36.396
3.08.01	Corrente	-36.593	-162.889	-13.763	-87.532
3.08.02	Diferido	3.224	40.459	-547	51.136
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	83.043	359.282	47.961	156.714
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	83.043	359.282	47.961	156.714
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,0666	4,6147	0,61603	2,01289
3.99.01.02	PNA	1,1306	4,8916	0,65299	2,13366
3.99.01.03	PNB	1,1733	5,0762	0,67763	2,21418
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,0666	4,6147	0,61603	2,01289
3.99.02.02	PNA	1,1306	4,8916	0,65299	2,13366
3.99.02.03	PNB	1,1733	5,0762	0,67763	2,21418

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	83.043	359.282	47.961	156.714
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.514	12.210	-2.847	-428
4.02.01	Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	8.420	858	1.047
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	2.863	-292	-356
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	4.861	692	-5.171	-1.695
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	1.653	235	1.758	576
4.03	Resultado Abrangente do Período	89.557	371.492	45.114	156.286

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	71.896	736.612
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	804.539	579.960
6.01.01.01	Lucro líquido do período	359.282	156.714
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	120.949	118.751
6.01.01.04	Depreciação e amortização	257.974	226.903
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	255.672	346.361
6.01.01.06	Valor residual de intangível e imobilizado	0	1.144
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-36.913	-51.136
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros	34.310	20.957
6.01.01.10	Obrigações com benefício pós-emprego	6.486	5.687
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	40.157	26.430
6.01.01.13	Receita do ativo indenizável	-216.364	-35.029
6.01.01.16	Ativos e passivos financeiros setoriais	19.880	-7.122
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	-36.894	-229.700
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-476.904	327.768
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-480.563	-194.675
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-26.954	-46.316
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-27.936	-3.479
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	148.990	57.178
6.01.02.08	Depósitos vinculados	-673	1.434
6.01.02.09	Outros Ativos	-77.130	32.046
6.01.02.10	Fornecedores	445.757	-90.815
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-13.051	10.386
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	101.513	87.571
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	53.836	2.539
6.01.02.14	Ativos financeiros setoriais	-402.244	80.662
6.01.02.15	Obrigações com benefício pós-emprego	-7.823	-5.435
6.01.02.16	Encargos Setoriais	-13.047	4.622
6.01.02.17	Provisão para processos judiciais e outros	-14.619	-21.153
6.01.02.18	Outros passivos	32.055	63.798
6.01.02.19	Passivos financeiros setoriais	-209.220	327.903
6.01.02.20	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	14.205	21.502
6.01.03	Outros	-255.739	-171.116
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-169.441	-104.717
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	-75.954	-63.243
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-10.205	-2.785
6.01.03.05	Pagamentos de juros de arrendamento	-139	-371
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-756.019	-799.908
6.02.01	Aplicações no intagível e imobilizado	-766.891	-730.754
6.02.02	Cauções e depósitos	-2.251	-5.733
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	13.123	-63.421
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	773.534	465.426
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-669.400	-61.152
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	-1.490	-1.036



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
6.03.06	Captação de empréstimos e financiamentos	1.380.000	533.079
6.03.07	Captação de debêntures	105.750	0
6.03.08	Pagamento de dividendos	-40.000	0
6.03.09	Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	-1.326	-5.465
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	89.411	402.130
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.015	91.605
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	255.426	493.735

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.100	0	-131.808	0	0	-109.708
5.04.01	Aumentos de Capital	22.100	0	-22.100	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-109.708	0	0	-109.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	359.282	6.014	365.296
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	359.282	0	359.282
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.014	6.014
5.05.02.06	Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	0	8.420	8.420
5.05.02.07	Tributos diferidos s ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-2.863	-2.863
5.05.02.08	Ganho em instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	692	692
5.05.02.09	Tributos diferidos s/ganho em instrumento financeiro	0	0	0	0	-235	-235
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	1.849.225	359.282	4.612	3.486.136

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	808.246	358.671	1.947.475	0	-341	3.114.051
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	-166.671	0	0	-82.671
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	-84.000	0	0	0
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-82.671	0	0	-82.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.714	-428	156.286
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.714	0	156.714
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-428	-428
5.05.02.06	Perda de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-1.695	-1.695
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	576	576
5.05.02.08	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1.047	1.047
5.05.02.09	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-356	-356
5.07	Saldos Finais	892.246	358.671	1.780.804	156.714	-769	3.187.666

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020</b>
7.01	Receitas	7.781.835	5.700.469
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.122.722	5.077.106
7.01.02	Outras Receitas	14.164	16.073
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	765.898	726.041
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-120.949	-118.751
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.003.948	-3.613.803
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.872.955	-3.499.337
7.02.04	Outros	-130.993	-114.466
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-130.993	-114.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.777.887	2.086.666
7.04	Retenções	-256.683	-226.841
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-256.683	-226.841
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.521.204	1.859.825
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	639.509	322.989
7.06.02	Receitas Financeiras	639.509	322.989
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.160.713	2.182.814
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.160.713	2.182.814
7.08.01	Pessoal	171.652	140.622
7.08.01.01	Remuneração Direta	106.366	89.727
7.08.01.02	Benefícios	35.582	22.022
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.257	4.191
7.08.01.04	Outros	25.447	24.682
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.911	6.077
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	6.413	5.978
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	12.123	12.627
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.057.148	1.485.267
7.08.02.01	Federais	639.578	366.157
7.08.02.02	Estaduais	1.411.787	1.113.443
7.08.02.03	Municipais	5.783	5.667
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	572.631	400.211
7.08.03.01	Juros	560.872	389.306
7.08.03.02	Aluguéis	11.759	10.905
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	359.282	156.714
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	359.282	156.714

## Comentário do Desempenho

# Comentários de Desempenho

3T21 / 9M21

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

26 de outubro de 2021

## Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores.html> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)



## Comentário do Desempenho

**Fortaleza, 26 de outubro de 2021** – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,2 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2021 (3T21) e dos nove meses de 2021 (“9M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

### 1 DESTAQUES

#### DESTAQUES DO PERÍODO

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	3.404	2.922	16,5%	3.064	11,1%	9.549	8.512	12,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.147.495	1.958.864	60,7%	2.542.953	23,8%	7.888.620	5.803.147	35,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.257.799	1.385.663	62,9%	1.778.944	26,9%	5.573.658	4.124.787	35,1%
EBITDA (3) (R\$ mil)	141.027	153.460	-8,1%	299.926	-53,0%	641.370	469.843	36,5%
Margem EBITDA (%)	6,25%	11,07%	-4,82 p.p	16,86%	-10,61 p.p	11,51%	11,39%	0,12 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	7,17%	13,31%	-6,14 p.p	19,85%	-12,68 p.p	13,34%	13,82%	-0,48 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)	65.491	77.812	-15,8%	223.627	-70,7%	403.075	259.427	55,4%
Margem EBIT (%)	2,90%	5,62%	-2,72 p.p	12,57%	-9,67 p.p	7,23%	6,29%	0,94 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	83.043	47.961	73,1%	189.323	-56,1%	359.282	156.714	>100,0%
Margem Líquida	3,68%	3,46%	0,22 p.p	10,64%	-6,96 p.p	6,45%	3,80%	2,65 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,22%	4,16%	0,06 p.p	12,53%	-8,31 p.p	7,47%	4,61%	2,86 p.p
CAPEX (R\$ mil)	250.706	238.433	5,1%	241.566	3,8%	688.941	675.067	2,1%
DEC (12 meses)*	13,25	14,82	-10,6%	14,06	-5,8%	13,25	14,82	-10,6%
FEC (12 meses)*	5,35	6,13	-12,7%	5,45	-1,8%	5,35	6,13	-12,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)	99,01%	98,80%	0,21 p.p	100,26%	-1,25 p.p	99,01%	98,80%	0,21 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,68%	15,10%	1,58 p.p	16,64%	0,04 p.p	16,68%	15,10%	1,58 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.388.860	4.288.548	2,3%	4.348.591	0,9%	4.388.860	4.288.548	2,3%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.117	1.126	-0,8%	1.149	-2,8%	1.117	1.126	-0,8%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	313	306	2,3%	287	9,1%	878	892	-1,6%
PMSO (5)/Consumidor	91,39	43,40	>100,0%	53,73	70,1%	191,91	77,15	>100,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	404	450	-10,2%	408	-1,0%	404	450	-10,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.867	9.534	14,0%	10.661	1,9%	10.867	9.534	14,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: resultado do serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

### 2 PERFIL CORPORATIVO

#### Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,1 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes.

#### DADOS GERAIS\*

	3T21	3T20	Var. %
Área de Concessão (km <sup>2</sup> )	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.240.580	9.187.103	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.111.023	4.288.548	-4,1%
Linhas de Distribuição (Km)	148.896	149.412	-0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	5.428	5.377	0,9%
Subestações (Unid.)	119	118	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.792	11.811	8,3%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,73%	4,60%	0,13 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,57%	2,51%	0,06 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



\* Dados prévios referente ao 3T21



## Comentário do Desempenho

### Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

#### COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Ordinárias - ON (COCE3)	65,90	66,00	-0,2%	87,36	-24,6%	65,90	66,00	-0,2%
<b>Preferenciais A - PNA (COCE5)</b>	<b>57,80</b>	<b>59,89</b>	<b>-3,5%</b>	<b>61,00</b>	<b>-5,2%</b>	<b>57,80</b>	<b>59,89</b>	<b>-3,5%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

variação sem ajuste por proventos

### Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

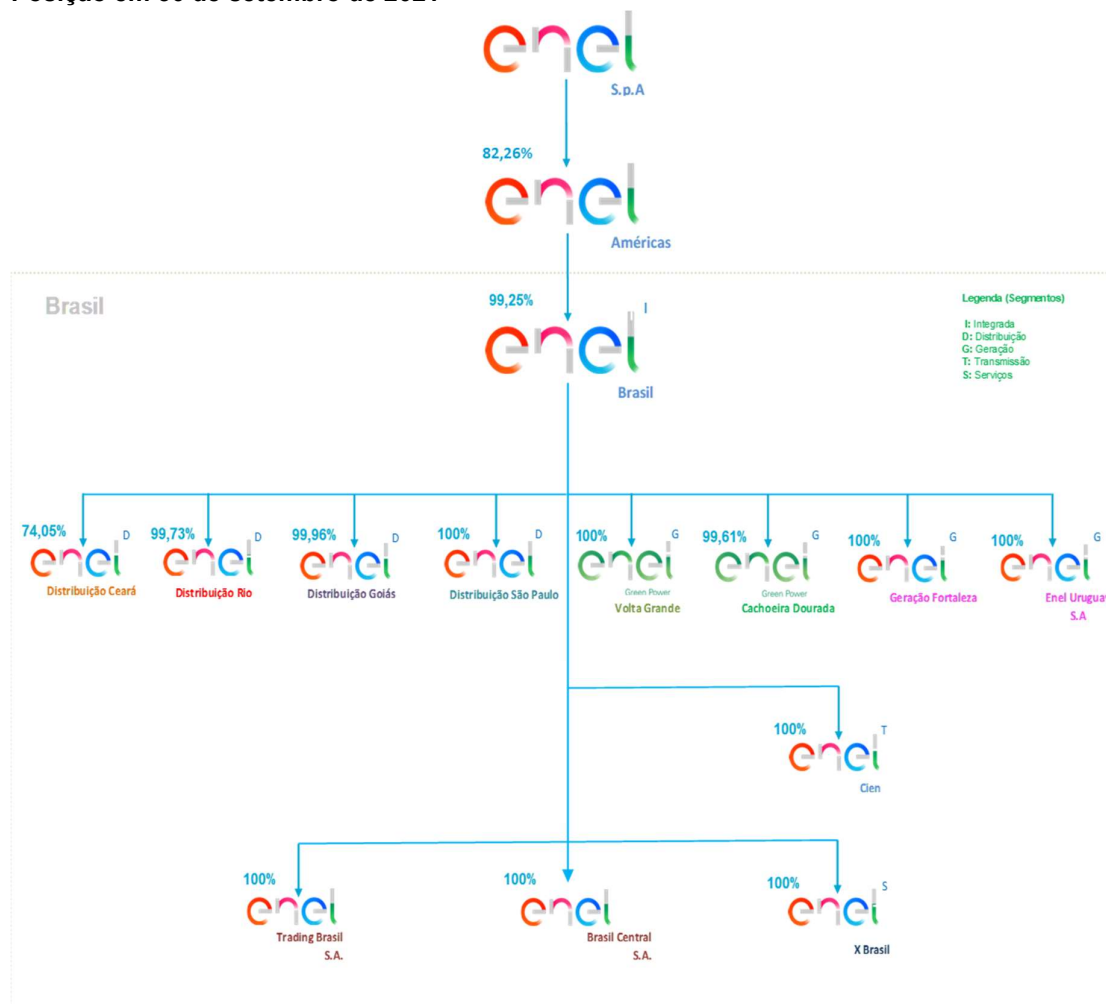
A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

#### ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/09/2021)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
<b>Controladores</b>	<b>47.064.245</b>	<b>97,91%</b>	<b>10.588.006</b>	<b>424</b>	<b>10.588.430</b>	<b>35,55%</b>	<b>57.652.675</b>	<b>74,05%</b>
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
<b>Não Controladores</b>	<b>1.003.692</b>	<b>2,09%</b>	<b>17.664.694</b>	<b>1.534.238</b>	<b>19.198.932</b>	<b>64,45%</b>	<b>20.202.624</b>	<b>25,95%</b>
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	10.682.446	3.097	10.685.543	35,87%	11.689.235	15,01%
<b>Totais</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>1.534.662</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,0%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,0%</b>

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%

### Posição em 30 de setembro de 2021





## Comentário do Desempenho

3

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Mercado de Energia

#### Unidades Consumidoras

##### NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.110.165</b>	<b>3.957.746</b>	<b>3,9%</b>	<b>4.088.614</b>	<b>0,5%</b>	<b>4.110.165</b>	<b>3.957.746</b>	<b>3,9%</b>
Residencial - Convencional	2.539.717	2.383.034	6,6%	2.537.931	0,1%	2.539.717	2.383.034	6,6%
Residencial - Baixa Renda	748.738	742.266	0,9%	721.974	3,7%	748.738	742.266	0,9%
Industrial	6.071	6.255	-2,9%	6.194	-2,0%	6.071	6.255	-2,9%
Comercial	183.179	183.934	-0,4%	182.662	0,3%	183.179	183.934	-0,4%
Rural	580.726	591.867	-1,9%	591.878	-1,9%	580.726	591.867	-1,9%
Setor Público	51.734	50.390	2,7%	47.975	7,8%	51.734	50.390	2,7%
<b>Clientes Livres</b>	<b>535</b>	<b>430</b>	<b>24,4%</b>	<b>522</b>	<b>2,5%</b>	<b>535</b>	<b>430</b>	<b>24,4%</b>
Industrial	165	141	17,0%	160	3,1%	165	141	17,0%
Comercial	356	277	28,5%	348	2,3%	356	277	28,5%
Rural	10	10	-	10	-	10	10	-
Setor Público	4	2	100,0%	4	-	4	2	100,0%
<b>Revenda</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>4.110.702</b>	<b>3.958.178</b>	<b>3,9%</b>	<b>4.089.138</b>	<b>0,5%</b>	<b>4.110.702</b>	<b>3.958.178</b>	<b>3,9%</b>
Consumo Próprio	321	311	3,2%	321	-	321	311	3,2%
Consumidores Ativos Não Faturados	277.837	330.059	-15,8%	259.132	7,2%	277.837	330.059	-15,8%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>4.388.860</b>	<b>4.288.548</b>	<b>2,3%</b>	<b>4.348.591</b>	<b>0,9%</b>	<b>4.388.860</b>	<b>4.288.548</b>	<b>2,3%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A Companhia encerrou 3T21 com um incremento de 3,9% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 3T20. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial convencional.

No 3T21, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 145,5 milhões.

#### Venda de Energia na Área de Concessão

##### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.732	2.349	16,3%	2.455	11,3%	7.646	7.056	8,4%
Clientes Livres	666	570	16,8%	602	10,6%	1.886	1.436	31,3%
Revenda	3	3	-	3	-	9	9	-
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>3.401</b>	<b>2.922</b>	<b>16,4%</b>	<b>3.060</b>	<b>11,1%</b>	<b>9.540</b>	<b>8.501</b>	<b>12,2%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

#### Mercado Cativo

##### VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.275	941	35,5%	1.037	23,0%	3.341	2.858	16,9%
Residencial - Baixa Renda	250	242	3,3%	249	0,4%	750	717	4,6%
Industrial	151	159	-5,0%	142	6,3%	422	423	-0,2%
Comercial	386	370	4,3%	359	7,5%	1.125	1.170	-3,8%
Rural	327	296	10,5%	285	14,7%	929	837	11,0%
Setor Público	343	340	0,9%	383	-10,4%	1.078	1.051	2,6%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>2.732</b>	<b>2.349</b>	<b>16,3%</b>	<b>2.455</b>	<b>11,3%</b>	<b>7.646</b>	<b>7.056</b>	<b>8,4%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

O crescimento de 16,3% observado no mercado cativo em relação ao 3T20 é explicado, principalmente, pelo aumento de clientes, principalmente da classe residencial convencional. No acumulado do ano, o aumento foi de 8,4%, principalmente nas classes Residencial e Rural, em função, sobretudo, do mesmo efeito comentado no trimestre.

##### VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	502	395	27,1%	409	22,7%	1.315	1.199	9,7%
Residencial - Baixa Renda	334	326	2,5%	345	-3,2%	1.002	966	3,7%
Industrial	24.872	25.448	-2,3%	22.986	8,2%	69.560	67.636	2,8%
Comercial	2.107	2.013	4,7%	1.965	7,2%	6.142	6.358	-3,4%
Rural	563	500	12,6%	481	17,0%	1.600	1.414	13,2%
Setor Público	6.630	6.756	-1,9%	7.978	-16,9%	20.840	20.863	-0,1%
<b>Total - Venda per Capita no Mercado Cativo</b>	<b>665</b>	<b>594</b>	<b>12,0%</b>	<b>600</b>	<b>10,8%</b>	<b>1.860</b>	<b>1.783</b>	<b>4,3%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20





## Comentário do Desempenho

### Clientes Livres

#### TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Industrial	464	417	11,3%	428	8,4%	1.320	1.031	28,0%
Comercial	172	127	35,4%	146	17,8%	481	357	34,7%
Rural	5	5	-	5	-	15	13	15,4%
Setor Público	25	22	13,6%	23	8,7%	70	35	100,0%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*</b>	<b>666</b>	<b>570</b>	<b>16,8%</b>	<b>602</b>	<b>10,6%</b>	<b>1.886</b>	<b>1.436</b>	<b>31,3%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

#### TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Industrial	2.812	2.956	-4,9%	2.675	5,1%	8.001	7.451	7,4%
Comercial	483	457	5,7%	419	15,3%	1.350	1.292	4,5%
Rural	500	456	9,6%	471	6,2%	1.451	1.332	8,9%
Setor Público	6.250	10.977	-43,1%	5.868	6,5%	17.594	21.408	-17,8%
<b>Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*</b>	<b>1.245</b>	<b>1.325</b>	<b>-6,0%</b>	<b>1.153</b>	<b>8,0%</b>	<b>3.524</b>	<b>3.422</b>	<b>3,0%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

O aumento de 16,8% no transporte de energia aos clientes livres no 3T21 em relação ao 3T20 é atribuído, principalmente, a retomada do crescimento econômico e consequentemente ao padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e contração da atividade econômica. No acumulado do ano, o aumento verificado no consumo médio dos clientes livres foi de 31,3%.

### Compra de Energia

#### COMPRA DE ENERGIA (GWH)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Itaipu	678	676	0,3%	671	1,0%	2.012	2.016	-0,2%
Angra 1 e 2	102	100	2,0%	101	1,0%	303	297	2,0%
PROINFRA	63	63	-	59	6,8%	173	175	-1,1%
Leilões e Quotas	2.548	2.464	3,4%	2.390	6,6%	7.271	7.235	0,5%
<b>Total - Compra de Energia s/ CCEE</b>	<b>3.392</b>	<b>3.303</b>	<b>2,7%</b>	<b>3.220</b>	<b>5,3%</b>	<b>9.759</b>	<b>9.724</b>	<b>0,4%</b>
Liquidação na CCEE	(152)	(231)	-34,2%	(140)	8,6%	(328)	(804)	-59,2%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>3.240</b>	<b>3.072</b>	<b>5,5%</b>	<b>3.080</b>	<b>5,2%</b>	<b>9.431</b>	<b>8.920</b>	<b>5,7%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

### Balanco de Energia

#### BALANÇO DE ENERGIA\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.859	3.587	7,6%	3.609	6,9%	11.114	10.150	9,5%
Energia distribuída (GWh)	3.404	2.925	16,4%	3.064	11,1%	9.549	8.512	12,2%
Residencial - Convencional	1.275	941	35,5%	1.037	23,0%	3.341	2.858	16,9%
Residencial - Baixa Renda	250	242	3,3%	249	0,4%	750	717	4,6%
Industrial	151	159	-5,0%	142	6,3%	422	423	-0,2%
Comercial	386	370	4,3%	359	7,5%	1.125	1.170	-3,8%
Rural	327	296	10,5%	285	14,7%	929	837	11,0%
Setor Público	343	340	0,9%	383	-10,4%	1.078	1.051	2,6%
Clientes Livres	666	570	16,8%	602	10,6%	1.886	1.436	31,3%
Revenda	3	3	-	3	-	9	9	-
Consumo Próprio	3	3	-	4	-25,0%	10	10	-
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	455	662	-31,3%	546	-16,7%	1.564	1.640	-4,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	11,79%	18,45%	-6,66 p.p	15,12%	-3,33 p.p	11,79%	18,45%	-6,66 p.p

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

### Indicadores Operacionais

#### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)*	13,25	14,82	-10,6%	14,06	-5,8%	13,25	14,82	-10,6%
FEC 12 meses (vezes)*	5,35	6,13	-12,7%	5,45	-1,8%	5,35	6,13	-12,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,68%	15,10%	1,58 p.p	16,64%	0,04 p.p	16,68%	15,10%	1,58 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,01%	98,80%	0,21 p.p	100,26%	-1,25 p.p	99,01%	98,80%	0,21 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	313	306	2,1%	287	9,1%	878	892	-1,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	404	415	-2,7%	402	0,5%	404	450	-10,2%
PMSO (3)/Consumidor	91,39	47,02	94,4%	54,54	67,6%	191,91	77,15	>100,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.867	9.534	14,0%	10.661	1,9%	10.867	9.534	14,0%

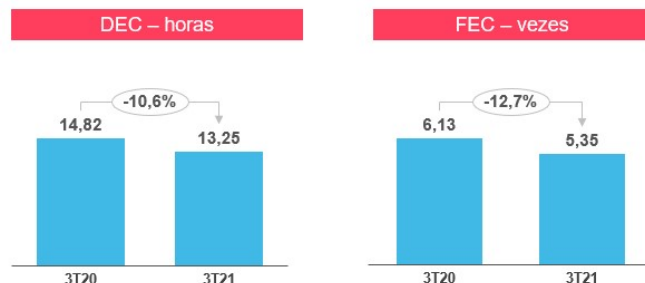
(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros



## Comentário do Desempenho

### Qualidade do Fornecimento

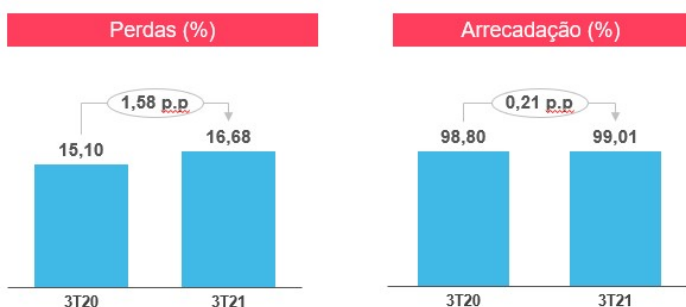


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 10,6% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. O FEC apresentou uma redução de 12,7%. Foi

estabelecido um plano de melhoria desses indicadores em conjunto com o regulador e tem-se observado que as ações tomadas no último trimestre de 2020 para diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão começaram a mostrar resultado a partir do mês de dezembro de 2020.

A Companhia investiu R\$ 27 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema no 3T21 com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional.

### Disciplina de Mercado<sup>1</sup>



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,68% em 3T21, um aumento de 1,58 p.p. em relação às perdas registradas em 3T20, de 15,10%. Para o período 9M21 com as perdas de 16,26%, a variação apresentou um aumento de 0,74 p.p. em relação ao 9M20. Um dos principais motivos para o aumento das perdas está relacionado à pandemia do Covid-19 e a

crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A piora no índice de perdas também é reflexo da adequação dos períodos de faturamento dos clientes de média e alta tensão para o período civil de cada mês, a fim de atender a resolução 863/ANEEL.

Em relação ao indicador de arrecadação, o aumento de 0,21 pontos percentuais reflete, principalmente, o aumento de arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que havia suspenso temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

\* Dados prévios referente ao 3T21



## Comentário do Desempenho

### 4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

#### Resultado

##### PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	3.147.495	1.958.864	60,7%	2.542.953	23,8%	7.888.620	5.803.147	35,9%
Deduções à Receita Operacional	(889.696)	(573.201)	55,2%	(764.009)	16,5%	(2.314.962)	(1.678.360)	37,9%
Receita Operacional Líquida	2.257.799	1.385.663	62,9%	1.778.944	26,9%	5.573.658	4.124.787	35,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(2.192.308)	(1.307.851)	67,6%	(1.555.317)	41,0%	(5.170.583)	(3.865.360)	33,8%
<b>EBITDA(3)*</b>	<b>141.027</b>	<b>153.460</b>	<b>-8,1%</b>	<b>299.926</b>	<b>-53,0%</b>	<b>641.370</b>	<b>469.843</b>	<b>36,5%</b>
Margem EBITDA*	6,25%	11,07%	-4,82 p.p	16,86%	-10,61 p.p	11,51%	11,39%	0,12 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	7,17%	13,31%	-6,14 p.p	19,85%	-12,68 p.p	13,34%	13,82%	-0,48 p.p
EBIT(4)*	65.491	77.812	-15,8%	223.627	-70,7%	403.075	259.427	55,4%
Margem EBIT*	2,90%	5,62%	-2,72 p.p	12,57%	-9,67 p.p	7,23%	6,29%	0,94 p.p
Resultado Financeiro	50.921	(15.541)	<-100,0%	18.531	>100,0%	78.637	(66.317)	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(33.369)	(14.310)	>100,0%	(52.835)	-36,8%	(122.430)	(36.396)	>100,0%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>83.043</b>	<b>47.961</b>	<b>73,1%</b>	<b>189.323</b>	<b>-56,1%</b>	<b>359.282</b>	<b>156.714</b>	<b>&gt;100,0%</b>
Margem Líquida	3,68%	3,46%	0,22 p.p	10,64%	-6,96 p.p	6,45%	3,80%	2,65 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,22%	4,16%	0,06 p.p	12,53%	-8,31 p.p	7,47%	4,61%	2,86 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,07	0,62	73,1%	2,43	-56,1%	4,61	2,01	>100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (4) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

#### Receita Operacional Bruta

##### RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.848.242	1.493.234	23,8%	1.749.246	5,7%	5.254.400	4.405.831	19,3%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(7.686)	(13.866)	-44,6%	(4.579)	67,9%	(20.542)	(19.936)	3,0%
Subvenção baixa renda	52.953	48.312	9,6%	51.557	2,7%	156.431	208.735	-25,1%
Subvenção de recursos da CDE	62.105	61.048	1,7%	50.614	22,7%	179.826	184.491	-2,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.955.614	1.588.728	23,1%	1.846.838	5,9%	5.570.115	4.779.121	16,6%
Ativos e passivos financeiros setoriais	569.041	40.456	>100,0%	289.019	96,9%	960.487	16.724	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	98.874	64.953	52,2%	87.413	13,1%	263.267	181.973	44,7%
Receita de construção	290.492	232.981	24,7%	267.602	8,6%	765.898	726.041	5,5%
Venda de Energia Excedente - MVE	179.449	-	-	24.306	>100,0%	218.458	11.466	>100,0%
Outras receitas	54.025	31.746	70,2%	27.775	94,5%	110.395	87.822	25,7%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.147.495</b>	<b>1.958.864</b>	<b>60,7%</b>	<b>2.542.953</b>	<b>23,8%</b>	<b>7.888.620</b>	<b>5.803.147</b>	<b>35,9%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 60,7% no 3T21 em relação ao 3T20. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 3T21, alcançou o montante de R\$ 2,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,1 bilhão em relação ao 3T20, cujo montante foi de R\$ 1,7 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 366,9 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 3T20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (3.401 GWh no 3T21 vs. 2.922 GWh no 3T20) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$ 528,5 milhões, em função principalmente, da constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 33,9 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 em 3T20;
- Aumento de R\$ 179,4 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 3T20, como resultado, principalmente, ter participado do mecanismo em maior volume.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 35,9%, ou R\$ 2,1 bilhões, em relação ao 9M20, totalizando R\$ 7,9 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 9M21, alcançou o montante de R\$ 7,1 bilhões, um aumento de R\$ 2,0 bilhões em relação ao 9M20, cujo montante foi de R\$ 5,1 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:



## Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 791,0 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 9M20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (9.540 GWh no 9M21 vs. 8.501 GWh no 9M20) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento de R\$ 81,3 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente;
- Aumento de R\$ 943,8 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório no período entre períodos; e
- Aumento de R\$ 207,0 milhões na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), em razão, da Companhia, no 9M21, ter participado do mecanismo em maior volume.

### Deduções da Receita

#### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
ICMS	(524.775)	(373.082)	40,7%	(460.967)	13,8%	(1.411.750)	(1.113.399)	26,8%
COFINS - corrente	(201.999)	(109.070)	85,2%	(152.259)	32,7%	(479.475)	(323.243)	48,3%
PIS - corrente	(43.854)	(23.680)	85,2%	(33.057)	32,7%	(104.096)	(70.178)	48,3%
ISS	(1.672)	(1.311)	27,5%	(1.519)	10,1%	(4.975)	(3.916)	27,0%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(772.300)</b>	<b>(607.143)</b>	<b>52,3%</b>	<b>(647.802)</b>	<b>19,2%</b>	<b>(2.000.296)</b>	<b>(1.510.736)</b>	<b>32,4%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(19.313)	(11.364)	69,9%	(14.914)	29,5%	(47.418)	(33.357)	42,2%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(95.825)	(53.022)	80,7%	(99.034)	-3,2%	(261.871)	(129.461)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.258)	(1.672)	35,0%	(2.259)	-0,0%	(5.377)	(4.806)	11,9%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(117.396)</b>	<b>(66.058)</b>	<b>77,7%</b>	<b>(116.207)</b>	<b>1,0%</b>	<b>(314.666)</b>	<b>(167.624)</b>	<b>87,7%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(889.696)</b>	<b>(673.201)</b>	<b>55,2%</b>	<b>(764.009)</b>	<b>16,5%</b>	<b>(2.314.962)</b>	<b>(1.678.360)</b>	<b>37,9%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

As deduções da receita no 3T21 apresentaram um aumento de R\$ 316,5 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 52,3% (R\$ 265,2 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 151,7 milhões e R\$ 113,1 milhões, respectivamente, em função de maior receita operacional;
- Aumento de R\$ 51,3 milhões nos encargos setoriais relativo, principalmente a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

No 9M21, as deduções da receita totalizaram R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 1,7 bilhão no 9M20, aumento de 37,9% ou R\$ 636,6 milhões, resultado, sobretudo, do aumento dos tributos, conforme elencados anteriormente.

### Custos e Despesas Operacionais

#### CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.196.267)	(695.548)	72,0%	(837.921)	42,8%	(2.766.238)	(2.028.686)	36,4%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(233.736)	(114.586)	>100,0%	(143.464)	62,9%	(568.938)	(218.524)	>100,0%
<b>Total - Não gerenciáveis</b>	<b>(1.430.003)</b>	<b>(810.134)</b>	<b>76,5%</b>	<b>(981.385)</b>	<b>45,7%</b>	<b>(3.335.176)</b>	<b>(2.247.210)</b>	<b>48,4%</b>
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>								
Pessoal	(37.794)	(37.629)	0,4%	(41.814)	-9,6%	(132.428)	(121.294)	9,2%
Material e Serviços de Terceiros	(194.951)	(114.160)	70,8%	(119.047)	63,8%	(448.337)	(331.013)	35,4%
Depreciação e Amortização	(75.536)	(75.648)	-0,1%	(76.299)	-1,0%	(238.295)	(210.416)	13,2%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	(5.236)	-100,0%	-	-	-	(16.942)	-100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(94.551)	(5.962)	>100,0%	(36.332)	>100,0%	(120.949)	(118.751)	1,9%
Custo de Construção	(290.492)	(232.981)	24,7%	(267.602)	8,6%	(765.898)	(726.041)	5,5%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(33.127)	7.146	<-100,0%	(366)	>100,0%	(34.310)	(20.957)	63,7%
Perda de recebíveis de clientes	(14.615)	(16.509)	-11,5%	(12.450)	17,4%	(40.157)	(26.430)	51,9%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	4.841	2.268	>100,0%	3.611	34,1%	11.063	9.324	18,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(26.080)	(19.006)	37,2%	(23.633)	10,4%	(66.096)	(55.630)	18,8%
<b>Total - Gerenciáveis</b>	<b>(762.305)</b>	<b>(497.717)</b>	<b>53,2%</b>	<b>(573.932)</b>	<b>32,8%</b>	<b>(1.835.407)</b>	<b>(1.618.150)</b>	<b>13,4%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional</b>	<b>(2.192.308)</b>	<b>(1.307.851)</b>	<b>67,6%</b>	<b>(1.555.317)</b>	<b>41,0%</b>	<b>(5.170.583)</b>	<b>(3.865.360)</b>	<b>33,8%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Os custos e despesas operacionais no 3T21 em relação ao 3T20 apresentaram um incremento de R\$ 884,5 milhões, ou 67,6%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da



## Comentário do Desempenho

Companhia, no 3T21, alcançaram o montante de R\$ 1,9 bilhão, 76,9% ou R\$ 827,0 milhões superior ao montante registrado no 3T20, de R\$ 1,1 bilhão. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 620,0 milhões, no 3T21:

Esse aumento, de 76,5%, está associado principalmente aos maiores encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 119,2 milhões, refletindo o aumento no reajuste anual das transmissoras em abril de 2021 e aumento de custo de energia comprada para revenda no montante de R\$ 501,0 milhões em relação ao terceiro trimestre do ano passado.

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 207,1 milhões, no 3T21, excluindo o efeito do custo de construção. Essa redução é explicada, principalmente, por:
  - Maior Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 89,6 milhões explicado pela (i) crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) proibição de corte de energia do cliente baixa renda, (iii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iv) aumento do custo de energia;
  - Aumento no grupo de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 40,3 milhões, motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia e efeito de reversão de provisão registrado no mesmo trimestre do ano anterior.
  - Aumento nas despesas com materiais e serviços de terceiros em R\$ 80,8 milhões, principalmente, em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 1,3 bilhão, ou 33,8%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 4,4 bilhões, 40,3% ou R\$ 1,3 bilhão superior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 3,1 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em 48,4% em relação ao registrado no 9M20. Tal variação é explicada, principalmente pelo aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 350,4 e aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda em R\$ 737,6 milhões.
- Aumento dos custos gerenciáveis, excluindo-se os custos de construção, em 19,9%, ou R\$ 177,4 milhões. A variação, total, explica-se pelo:
  - Aumento no grupo de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 13,4 milhões, motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia.
  - Aumento de R\$ 117,3 milhões com despesas com materiais e serviços de terceiros realizadas, decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;
  - Aumento de R\$13,7 milhões em Perdas de Recebíveis de Clientes decorrente de maior baixa de créditos vencidos;
  - Aumento de R\$ 27,9 milhões na linha de depreciação e amortização.



## Comentário do Desempenho

### EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

#### CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Lucro Líquido do Período	83.043	47.961	73,1%	189.323	-56,1%	359.282	156.714	>100,0%
(+) Tributo sobre o lucro (Nota explicativa 32)	33.369	14.310	>100,0%	52.835	-36,8%	122.430	36.396	>100,0%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	(50.921)	15.541	<-100,0%	(18.531)	>100,0%	(78.637)	66.317	<-100,0%
(=) EBIT	65.491	77.812	-15,8%	223.627	-70,7%	403.075	259.427	55,4%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	76.299	75.648	0,9%	76.299	-	238.295	210.416	13,2%
(=) EBITDA	141.027	153.460	-8,1%	299.926	-53,0%	641.370	469.843	36,5%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

### Resultado Financeiro

#### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
<b>Receitas Financeiras</b>								
Renda de aplicação financeira	1.658	1.994	-16,9%	2.908	-43,0%	5.760	4.115	40,0%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.655	17.251	48,7%	18.751	36,8%	67.957	36.416	86,6%
Variações monetárias	96.617	24.792	>100,0%	55.896	72,9%	216.364	35.029	>100,0%
Marcação a mercado de ativo indenizável	14.818	(1.459)	<-100,0%	16.180	-8,4%	34.089	7.122	>100,0%
Variação cambial de dívidas	(35.877)	1.292	<-100,0%	159.516	<-100,0%	124.862	6.283	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	29.896	38.203	-21,7%	(30.506)	<-100,0%	174.890	234.224	-25,3%
Outras receitas financeiras	17.568	1.134	>100,0%	2.333	>100,0%	21.532	2.466	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.782)	(1.373)	>100,0%	(1.610)	72,8%	(5.945)	(2.666)	>100,0%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>147.553</b>	<b>81.834</b>	<b>80,3%</b>	<b>223.468</b>	<b>-34,0%</b>	<b>639.509</b>	<b>322.989</b>	<b>98,0%</b>
<b>Despesas financeiras</b>								
Variações monetárias de Dívidas	(27.208)	(10.852)	>100,0%	(22.888)	18,9%	(78.909)	(18.790)	>100,0%
Variações cambial de dívidas	(33.380)	(38.790)	-13,9%	(55.307)	-39,6%	(180.927)	(237.168)	-23,7%
Encargos de Dívidas e mútuos	(36.321)	(23.116)	57,1%	(28.757)	26,3%	(87.112)	(71.453)	21,9%
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(1.579)	7,5%	(1.697)	-	(5.091)	(4.738)	7,5%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(2.286)	214	<-100,0%	(5.740)	-60,2%	(14.209)	-	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(13.633)	(4.996)	>100,0%	(9.521)	43,2%	(32.490)	(16.666)	94,9%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	27.475	(705)	<-100,0%	(71.553)	<-100,0%	(137.996)	(4.524)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.629)	(2.474)	-34,2%	(1.480)	10,1%	(4.207)	(4.825)	-12,8%
Outras despesas financeiras	(7.953)	(15.077)	-47,3%	(7.994)	-0,5%	(19.931)	(31.142)	-36,0%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(96.632)</b>	<b>(97.375)</b>	<b>-0,8%</b>	<b>(204.937)</b>	<b>-52,8%</b>	<b>(560.872)</b>	<b>(389.306)</b>	<b>44,1%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>50.921</b>	<b>(15.541)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>	<b>18.531</b>	<b>&gt;100,0%</b>	<b>78.637</b>	<b>(66.317)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 3T21 com uma receita líquida de R\$ 50,9 milhões, uma melhora de R\$ 66,5 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa melhora é resultado, principalmente dos seguintes fatores: (i) maior receita de variações monetárias ativas em um montante de R\$ 71,8 milhões, (ii) aumento de R\$16,3 milhões em decorrência da marcação a mercado do ativo indenizável influenciado pela maior inflação nesse trimestre; (iii) maior juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes no valor de R\$ 8,4 milhões parcialmente compensado por (iv) maior despesa com variações monetárias de dívidas, no valor de R\$ 16,4 milhões, impactada pelo aumento da variação do IPCA em relação ao 3T20; (v) maior despesa de encargos de dívidas e mútuos no montante de R\$ 13,2 milhões; e (vi) maior despesa de atualização para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em R\$ 8,6 milhões.

No acumulado do ano, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou R\$ 78,6 milhões, superior ao registrado no 9M20 em R\$ 145,0 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) maior variação monetária em R\$ 181,3 milhões, (ii) aumento de R\$27,0 milhões em decorrência da marcação a mercado do ativo indenizável influenciado pela maior inflação no período, (iii) maior receita de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes em um montante de R\$ 31,5 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela (iv) maior despesa com variações monetárias de dívidas, no valor de R\$ 60,1 milhões, impactada pelo aumento da variação do IPCA em relação ao 9M20, (v) maior despesa de variação monetária de ativos e passivos setoriais no montante de R\$ 14,2 milhões e (vi) maior despesa de encargos de dívidas e mútuos no montante de R\$ 15,7 milhões.





## Comentário do Desempenho

### Tributos (IR/CSLL) e Outros

#### TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.255)	(21.380)	83,6%	(82.109)	-52,2%	(167.022)	(66.165)	>100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.886	7.070	-16,7%	29.274	-79,9%	44.592	29.769	49,8%
<b>Total</b>	<b>(33.369)</b>	<b>(14.310)</b>	<b>&gt;100,0%</b>	<b>(52.835)</b>	<b>-36,8%</b>	<b>(122.430)</b>	<b>(36.396)</b>	<b>&gt;100,0%</b>

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 3T21, registraram um aumento de R\$ 19,1 milhões, devido ao aumento da base de cálculo desses tributos.

### Endividamento

#### INDICADORES DE ENDEVIMENTO

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	3.340.284	2.706.587	23,4%	3.108.653	7,5%	3.340.284	2.706.587	23,4%
Dívida com Terceiros	2.837.486	2.706.587	4,8%	2.601.017	9,1%	2.837.486	2.706.587	4,8%
Dívida Intercompany	502.798	-	-	507.636	-1,0%	502.798	-	-
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	334.679	634.189	-47,2%	327.657	2,1%	334.679	634.189	-47,2%
Dívida líquida (R\$ mil)	3.005.605	2.072.398	45,0%	2.780.996	8,1%	3.005.605	2.072.398	45,0%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (3)*	3,22	3,42	-5,7%	3,37	-4,4%	3,22	3,42	-5,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (3)*	2,90	2,62	10,8%	3,02	-3,9%	2,90	2,62	10,8%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,49	0,46	6,6%	0,48	2,5%	0,49	0,46	6,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,46	0,39	17,5%	0,45	3,0%	0,46	0,39	17,5%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21; (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, órfãos e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 3T21 em R\$ 3.340 milhões, um incremento de R\$ 634 milhões em relação ao 3T20. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 610 milhões captados com Scotiabank, R\$ 270 milhões com o BNP Paribas e R\$ 500 milhões com a Enel Finance International N.V.), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 233 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 867 milhões e R\$ 114 milhões.

A Companhia encerrou o 3T21 com o custo médio da dívida no período de 7,93% a.a.

#### Colchão de Liquidez

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho N° 1.540 de 28 de maio de 2021, totalizando um montante de R\$ 1.400 milhões.

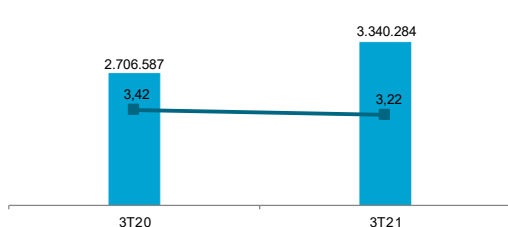
#### Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

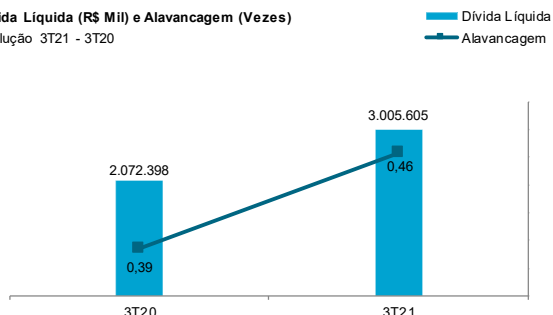


## Comentário do Desempenho

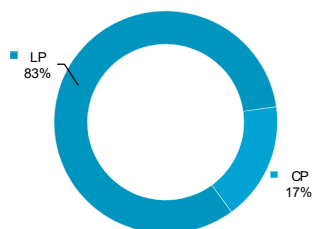
**Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA\* (Veze)**  
Evolução 3T21 - 3T20



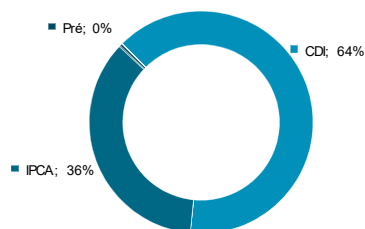
**Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)**  
Evolução 3T21 - 3T20



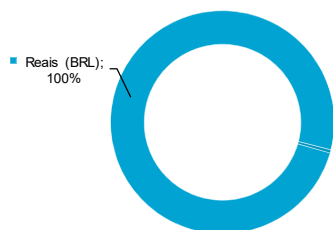
**Abertura da Dívida Bruta - CP e LP**  
Posição Final em Set/21



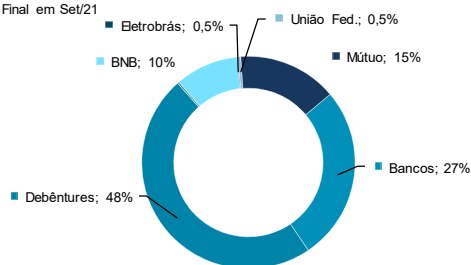
**Abertura da Dívida Bruta - Indexadores**  
Posição Final em Set/21



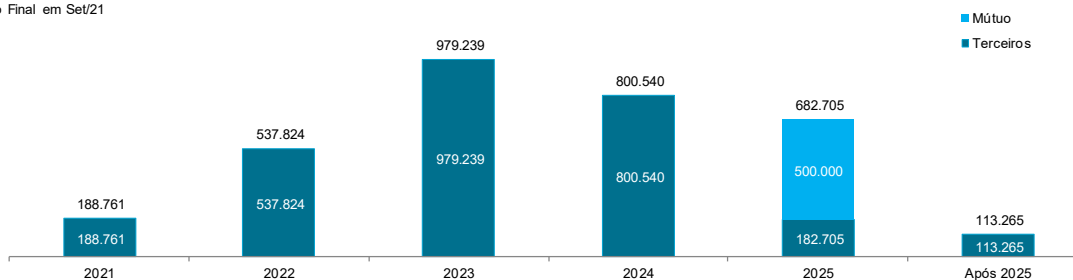
**Abertura da Dívida Bruta - Moedas**  
Posição Final em Set/21



**Abertura da Dívida Bruta - Credor**  
Posição Final em Set/21



**Curva de Amortização (R\$ Mil)**  
Posição Final em Set/21







## Comentário do Desempenho

### Investimentos

#### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Novas Conexões	145.510	154.354	-5,7%	165.380	-12,0%	397.287	448.385	-11,4%
Rede	63.551	32.478	95,7%	36.321	75,0%	119.948	95.711	25,3%
Combate às Perdas	13.993	9.042	54,8%	11.133	25,7%	32.764	29.275	11,9%
Qualidade do Sistema Elétrico	22.395	14.433	55,2%	4.937	>100,0%	36.949	24.792	49,0%
Adequação à carga	27.163	9.003	>100,0%	20.251	34,1%	50.236	41.645	20,6%
Outros	41.645	51.601	-19,3%	39.865	4,5%	171.706	130.970	31,1%
<b>Total Investido</b>	<b>250.706</b>	<b>238.433</b>	<b>5,1%</b>	<b>241.566</b>	<b>3,8%</b>	<b>688.941</b>	<b>675.067</b>	<b>2,1%</b>
Aportes / Subsídios	-	-	-	(12.533)	-100,0%	(12.533)	(11.772)	6,5%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>250.706</b>	<b>238.433</b>	<b>5,1%</b>	<b>229.033</b>	<b>9,5%</b>	<b>676.408</b>	<b>663.295</b>	<b>2,0%</b>

(1) Variação entre 2T21 e 1T21; (2) Variação entre 6M21 e 6M20

No 3T21, a Companhia investiu R\$ 250,7 milhões, um aumento de 5,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na expansão, por meio de atividades de combate a perdas, qualidade do sistema e adequação de infraestrutura. No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 676,4 milhões, volume 2,0% superior ao investido nos 9M20.

## 5 OUTROS TEMAS RELEVANTES

### Reajuste Tarifário 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,57%
Energia Comprada	5,91%
Encargos de Transmissão	3,15%
<b>Parcela A</b>	<b>13,63%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>10,44%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>24,07%</b>
CVA Total	7,52%
Mecanismos de mitigação tarifária	-11,14%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,17%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>-10,53%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>13,54%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-4,59%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>8,95%</b>

### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 21,03%, representando 13,63% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- **Encargos Setoriais:** R\$ 671 milhões. Um aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função principalmente do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;



## Comentário do Desempenho

- Energia Comprada: R\$ 2.812 milhões. O aumento de 11,87% decorre principalmente do aumento dos contratos por disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo de compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 477 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
- Fator X de 1,43 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel CE.

### Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Contudo, diante de condições hidro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez

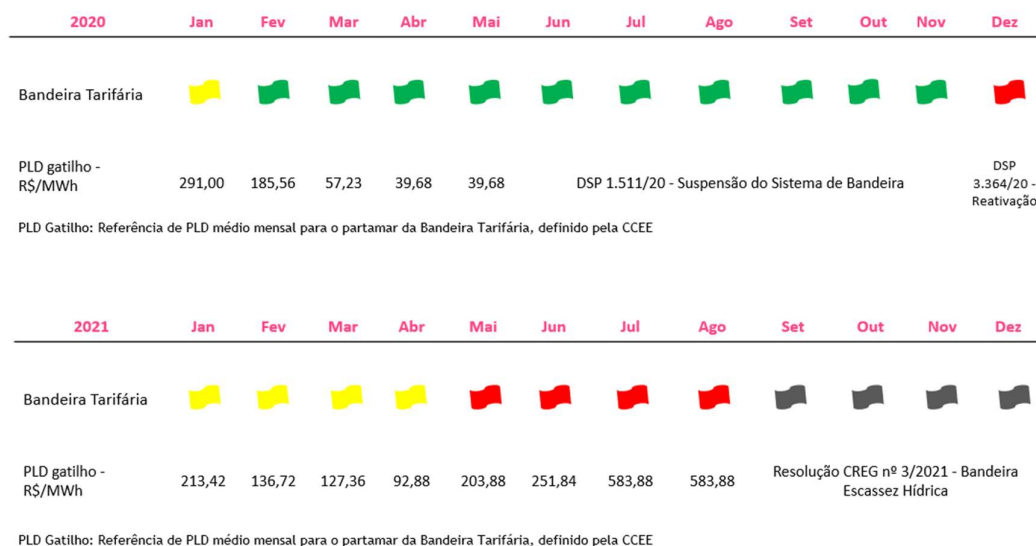


## Comentário do Desempenho

Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a ter os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

### Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição



## Comentário do Desempenho

até 01/02/2021. Vale destacar que em tal fase da consulta a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia. A ANEEL ainda não homologou o resultado da referida consulta.

### Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço na aplicação do caso da ENEL CE. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

### Programa de Redução Voluntária de Consumo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Por meio da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 31 DE AGOSTO DE 2021, a CÂMARA DE REGRAS EXCEPCIONAIS PARA GESTÃO HIDROENERGÉTICA (CREG) do MME, instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. Trata-se de programa de bônus criado pelo Governo Federal, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a atual escassez hídrica vivenciada no país. Com o bônus, além da redução do consumo em si, o consumidor receberá um desconto na conta de luz, caso consiga atingir a meta estipulada de redução de consumo. Assim, além de ajudar o país a enfrentar a escassez hídrica, ao receber o bônus o consumidor tem uma economia maior com o gasto de energia.

Os consumidores aptos a participar do programa e receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Os consumidores com sistema de geração distribuída (geradores e beneficiários), os consumidores especiais e livres (que adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre) e aqueles que não possuam histórico de consumos medidos que permita a aferição da redução, não estão aptos a participar e receber o bônus.

Para participar do Programa, o consumidor não precisa fazer cadastro ou registro na distribuidora de energia elétrica. O consumidor não está obrigado a reduzir seu consumo, sendo o programa de incentivo totalmente voluntário. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisará reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020.

Para que os consumidores consigam acompanhar seu desempenho para ganhar o bônus, as distribuidoras de energia elétrica deverão informar a seus clientes qual é a meta de redução, com base no consumo de setembro a dezembro de 2020. Adicionalmente, também deverá ser informado aos consumidores as apurações parciais de redução, de forma clara e objetiva.

Caso seja atingida a meta de redução, o consumidor receberá um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. O consumidor somente receberá o bônus se a soma dos consumos de energia elétrica de setembro a dezembro de 2021 for inferior à soma dos mesmos meses de 2020, em pelo menos 10%. O bônus, por

## Comentário do Desempenho

---

sua vez, é limitado a 20% da energia economizada, assim, se o consumidor economizar 30%, por exemplo, receberá o bônus limitado aos 20% economizados.

O bônus apurado será informado nas faturas de energia elétrica referente ao mês de dezembro de 2021 e creditado como abatimento do valor a pagar na fatura de energia elétrica subsequente (ciclo de janeiro de 2022).

## Notas Explicativas

# Formulário de Informações Trimestrais 30 de setembro de 2021

Companhia Energética do Ceará  
Enel Distribuição Ceará



## Notas Explicativas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>30.09.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	255.426	166.015
Títulos e valores mobiliários	6	79.253	92.376
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.702.004	1.409.635
Ativo financeiro setorial	10	141.221	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	44.033	17.079
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	140.746	112.810
Outros tributos compensáveis	9	483.966	401.330
Serviços em curso		59.242	79.108
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	65.114
Outros créditos		180.415	83.419
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.086.306</b>	<b>2.426.886</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	102.519	75.431
Ativo financeiro setorial	10	241.143	-
Depósitos vinculados	26	48.349	47.676
Cauções e Depósitos	12	30.834	28.583
Outros tributos compensáveis	9	839.367	1.070.993
Instrumentos financeiros derivativos	33	27.313	483
Tributos diferidos	32	69.503	32.142
Benefício fiscal	11	21.974	25.520
Ativo indenizável (concessão)	13	3.547.956	3.026.407
Imobilizado	14	53.577	43.564
Intangível	15	1.968.572	2.007.919
Ativos contratuais	16	814.053	580.780
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.765.160</b>	<b>6.939.498</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.851.466</b>	<b>9.366.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



## Notas Explicativas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2021	31.12.2020
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	17	1.470.314	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	20	188.156	637.557
Obrigações por arrendamentos	22	2.342	2.944
Debêntures	21	373.112	190.570
Passivo financeiro setorial	10	-	81.677
Salários, provisões e encargos sociais		46.274	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	3.182	71.110
Outras obrigações fiscais	19	220.537	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	380.684	317.774
Dividendos a pagar		199.984	130.276
Encargos setoriais	23	50.368	91.892
Obrigações com benefícios pós-emprego	25	1.338	1.530
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26	3.598	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	13.202	1.241
Outras obrigações		135.782	98.070
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.088.873</b>	<b>2.875.690</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	20	1.557.567	319.009
Debêntures	21	1.227.846	1.343.013
Obrigações por arrendamentos	22	601	1.325
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.079.833	1.128.538
Passivo financeiro setorial	10	-	127.543
Outras obrigações fiscais	19	1.700	3.488
Encargos setoriais	23	47.425	16.820
Obrigações com benefícios pós-emprego	25	100.833	110.398
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26	243.112	194.529
Instrumentos financeiros derivativos	33	7.714	-
Outras obrigações		9.826	15.483
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.276.457</b>	<b>3.260.146</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	27		
Capital social		914.346	892.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.849.225	1.871.325
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		4.612	(1.402)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	109.708
Lucros acumulados		359.282	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.486.136</b>	<b>3.230.548</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>10.851.466</b>	<b>9.366.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias





## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
<b>Receita líquida</b>	<b>29</b>	<b>2.257.799</b>	<b>5.573.658</b>	<b>1.385.663</b>	<b>4.124.787</b>
<b>Custo do serviço</b>	<b>30</b>	<b>(2.042.286)</b>	<b>(4.888.173)</b>	<b>(1.248.851)</b>	<b>(3.582.121)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>215.513</b>	<b>685.485</b>	<b>136.812</b>	<b>542.666</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>30</b>				
Despesas com vendas		(6.670)	(6.670)	(350)	(1.223)
Despesas gerais e administrativas		(41.240)	(128.798)	(38.772)	(147.072)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(109.166)	(161.106)	(22.471)	(145.181)
Outras receitas operacionais		7.054	14.164	2.593	10.237
<b>Total (despesas) receitas operacionais</b>		<b>(150.022)</b>	<b>(282.410)</b>	<b>(59.000)</b>	<b>(283.239)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>65.491</b>	<b>403.075</b>	<b>77.812</b>	<b>259.427</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>31</b>				
Receitas financeiras		147.553	639.509	81.834	322.989
Despesas financeiras		(96.632)	(560.872)	(97.375)	(389.306)
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>50.921</b>	<b>78.637</b>	<b>(15.541)</b>	<b>(66.317)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>116.412</b>	<b>481.712</b>	<b>62.271</b>	<b>193.110</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(42.479)	(207.481)	(20.833)	(117.301)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.224	40.459	(547)	51.136
Incentivo fiscal		5.886	44.592	7.070	29.769
	<b>32</b>	<b>(33.369)</b>	<b>(122.430)</b>	<b>(14.310)</b>	<b>(36.396)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>83.043</b>	<b>359.282</b>	<b>47.961</b>	<b>156.714</b>
<b>Lucro por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>28</b>				
Ação ordinária		1,0666	4,6147	0,6160	2,0129
Ação preferencial - Classe A		1,1306	4,8916	0,6530	2,1337
Ação preferencial - Classe B		1,1733	5,0762	0,6776	2,2142

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**Notas Explicativas****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>83.043</b>	<b>359.282</b>	<b>47.961</b>	<b>156.714</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	8.420	858	1.047
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	(2.863)	(292)	(356)
	-	<b>5.557</b>	<b>566</b>	<b>691</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(4.861)	692	(5.171)	(1.695)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	1.653	(235)	1.758	576
	<b>(3.208)</b>	<b>457</b>	<b>(3.413)</b>	<b>(1.119)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>79.835</b>	<b>365.296</b>	<b>45.114</b>	<b>156.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro				Proposta de distribuição de dividendos adicional
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>808.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>888.885</b>	<b>927.074</b>	<b>82.671</b>	-	<b>(341)</b>	<b>3.114.051</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	156.714	-	156.714
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.047	1.047
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(356)	(356)
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.695)	(1.695)
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	576	576
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	<b>892.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>888.885</b>	<b>843.074</b>	-	<b>156.714</b>	<b>(769)</b>	<b>3.187.666</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>892.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>934.965</b>	<b>887.515</b>	<b>109.708</b>	-	<b>(1.402)</b>	<b>3.230.548</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	359.282	-	359.282
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(109.708)	-	-	(109.708)
Aumento de capital	22.100	-	-	-	-	-	(22.100)	-	-	-	-
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.420	8.420
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	692	692
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(235)	(235)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2021</b>	<b>914.346</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>934.965</b>	<b>865.415</b>	-	<b>359.282</b>	<b>4.612</b>	<b>3.486.136</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2021	30.09.2020
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do período	359.282	156.714
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	120.949	118.751
Depreciação e amortização	257.974	226.903
Juros e variações monetárias	255.672	346.361
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(36.894)	(229.700)
Ativos e passivos financeiros setorial	19.880	(7.122)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(216.364)	(35.029)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	1.144
Tributos e contribuições social diferidos	(36.913)	(51.136)
Perda de recebíveis de clientes	40.157	26.430
Provisões para processos judiciais e outros riscos	34.310	20.957
Obrigações com benefícios pós-emprego	6.486	5.687
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(480.563)	(194.675)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(26.954)	(46.316)
Ativo financeiro setorial	(402.244)	80.662
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(27.936)	(3.479)
Outros tributos compensáveis	148.990	57.178
Depósitos vinculados	(673)	1.434
Outros créditos	(77.130)	32.045
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	445.757	(90.815)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	14.205	21.502
Salários, provisões e encargos sociais	(13.051)	10.386
Imposto de renda e contribuição social a pagar	101.513	87.571
Outras obrigações fiscais	53.836	2.539
Passivo financeiro setorial	(209.220)	327.903
Encargos setoriais	(13.047)	4.622
Outras obrigações	32.055	63.798
	<b>350.077</b>	<b>934.315</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(169.441)	(104.717)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(14.619)	(21.153)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(7.823)	(5.434)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(75.954)	(63.243)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(10.205)	(2.785)
Pagamentos de juros de arrendamento	(139)	(371)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais</b>	<b>71.896</b>	<b>736.612</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(766.891)	(730.754)
Cauções e depósitos	(2.251)	(5.733)
Titulos e valores mobiliários	13.123	(63.421)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(756.019)</b>	<b>(799.908)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.380.000	533.079
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(669.400)	(61.152)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(1.326)	(5.465)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	-
Parcelamento especial	(1.490)	(1.036)
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>773.534</b>	<b>465.426</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>89.411</b>	<b>402.130</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>255.426</b>	<b>493.735</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2021	30.09.2020
<b>1. RECEITAS</b>	<b>7.781.835</b>	<b>5.700.469</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>7.902.784</b>	<b>5.819.220</b>
Fornecimento de energia elétrica	7.122.722	5.077.106
Outras receitas	14.164	16.073
Receita relativa à construção de ativos próprios	765.898	726.041
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(120.949)	(118.751)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(5.003.948)</b>	<b>(3.613.803)</b>
Materiais	(302.693)	(412.605)
Outros custos operacionais	(130.993)	(114.466)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.699.391)	(2.465.100)
Serviços de terceiros	(870.871)	(621.632)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.777.887</b>	<b>2.086.666</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(256.683)</b>	<b>(226.841)</b>
Depreciação e amortização	(256.683)	(226.841)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>2.521.204</b>	<b>1.859.825</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>639.509</b>	<b>322.989</b>
Receitas financeiras	639.509	322.989
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>3.160.713</b>	<b>2.182.814</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>3.160.713</b>	<b>2.182.814</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>171.652</b>	<b>140.622</b>
Remunerações	106.366	89.727
FGTS	4.257	4.191
Outros encargos sociais	6.911	6.077
Previdência privada	6.413	5.978
Auxílio-alimentação	8.934	8.718
Convênio assistencial e outros benefícios	26.648	13.304
Participação nos resultados	12.123	12.627
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>2.057.148</b>	<b>1.485.267</b>
<b>Federais</b>	<b>324.912</b>	<b>198.533</b>
Imposto de renda e contribuição social	167.022	66.165
COFINS	149.922	116.789
PIS	32.548	25.355
INSS	20.012	19.993
( - ) Incentivos fiscais	(44.592)	(29.769)
<b>Estaduais</b>	<b>1.411.787</b>	<b>1.113.443</b>
ICMS	1.411.750	1.113.399
Outros	37	44
<b>Municipais</b>	<b>5.783</b>	<b>5.667</b>
ISS	4.975	3.916
IPTU	590	905
Outros	218	846
<b>Encargos setoriais</b>	<b>314.666</b>	<b>167.624</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	261.871	129.461
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	47.418	33.357
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.377	4.806
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>572.631</b>	<b>400.211</b>
Juros	229.353	263.920
Outras despesas financeiras	331.519	125.386
Aluguéis	11.759	10.905
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>359.282</b>	<b>156.714</b>
Reserva de lucro	359.282	156.714

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

##### 1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

###### 1.1. **Pessoas e sociedade**

A Enel adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

###### 1.2. **Monitoramento e plano estratégico**

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

###### 1.3. **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Enel tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 07

#### 1.4. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até Dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida na fatura de janeiro/2022 e os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. A Enel está identificando as unidades consumidoras elegíveis e verificando seus respectivos ciclos de faturamento para atendimento à resolução e ao Ofício Circular nº 4/2021 da ANEEL, bem como o tratamento contábil dessa operação.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.5. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta-Covid.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia, o encargo anual é do valor de R\$ 179,250, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CEEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

#### 1.6. Perspectiva econômico-financeiro

A Enel entende não ser possível projetar o fim da pandemia da COVID-19 e o prazo em que seus efeitos serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o aumento dos índices de vacinação e a autorização do retorno gradual de certas atividades pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

## 2. Apresentação das informações trimestrais

---

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o noventa e nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Ceará S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Em 25 de outubro de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações financeiras intermediárias.

#### 2.2. Base de mensuração

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

#### 2.3. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada nove meses) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### 3. Principais mudanças nas políticas contábeis

---

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 22 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

#### 3.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores, através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O International Accounting Standards Board (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

#### 3.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforme se:

- necessária em consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

#### 3.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.
- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.

- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

#### 3.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. Reajuste Tarifário Anual**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário 2021</b>	
Encargos Setoriais	4,57%
Custos de Transmissão	5,91%
Custos de Aquisição de Energia	3,15%
<b>Parcela A</b>	<b>13,63%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>10,44%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>24,07%</b>
CVA Total	7,52%
Mecanismo de mitigação tarifária	-11,13%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiro da Parcela A	2,17%
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-10,53%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>13,54%</b>
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,59%
<b>Efeito médio a ser percebido pelos consumidores</b>	<b>8,95%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

**(i) Parcela A:** Reajustada em 21,03%, representando 13,63% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais - aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função principalmente do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia Comprada - aumento de 11,87% decorre principalmente do aumento dos contratos por disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo de compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(ii) Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
- Fator X de 1,43 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 531,96 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 379,76 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 60,81 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 135,54 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 428,20 milhões.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 8,54%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

#### **Bandeira tarifária**

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. O segundo trimestre foi sentido de piora do cenário hidrológico, sendo em abril de 2021 a amarela, bandeira vermelha patamar 1 acionada em maio de 2021 e em junho de 2021, acionada a bandeira vermelha patamar 2

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. E além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	30.09.2021	31.12.2020
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>104.496</b>	<b>30.877</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (Aplicações diretas)	69.901	31.882
Fundos de Investimento Aberto	34.067	837
Operações compromissadas	46.962	102.406
	<b>150.930</b>	<b>135.125</b>
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	-	13
	-	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>255.426</b>	<b>166.015</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 30 de setembro de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

**6. Títulos e valores mobiliários**

	30.09.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	78.695	76.801
Fundos de investimentos exclusivos*	558	15.575
Títulos públicos	407	13.270
LF - Letra Financeira	151	2.305
<b>Total</b>	<b>79.253</b>	<b>92.376</b>

\* Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, a qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,38% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de setembro de 2021 (6,03% em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável em 30 de setembro de 2021.



## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 30.09.2021
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	224.769	230.187	24.980	59.098	90.095	213.104	842.233	(249.097)	593.136
Industrial	26.157	10.463	749	2.220	3.112	24.872	67.593	(21.769)	45.824
Comercial	71.474	36.513	5.118	8.262	13.858	69.508	204.733	(60.370)	144.363
Rural	75.571	40.154	5.828	13.471	23.703	69.730	228.457	(68.841)	159.616
Poder público	42.335	12.727	1.933	4.751	9.186	18.890	89.822	(14.706)	75.116
Iluminação pública	37.477	6.221	4.065	10.091	18.318	41.394	117.566	(48.065)	69.501
Serviço público	19.889	3.231	442	1.422	2.614	12.160	39.758	(11.337)	28.421
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>497.672</b>	<b>339.516</b>	<b>43.115</b>	<b>99.315</b>	<b>160.886</b>	<b>449.658</b>	<b>1.590.162</b>	<b>(474.185)</b>	<b>1.115.977</b>
Receita não faturada	385.195	-	-	-	-	-	385.195	(7.664)	377.531
Parcelamento de débitos*	217.232	-	-	-	-	-	217.232	(6.308)	210.924
Compartilhamento - uso mútuo	40.805	18.205	9.352	30.095	28.538	16.457	143.452	(19.411)	124.041
Agente de cobrança da iluminação pública	8.400	-	-	-	-	-	8.400	(32.350)	(23.950)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.149.304</b>	<b>357.721</b>	<b>52.467</b>	<b>129.410</b>	<b>169.424</b>	<b>481.404</b>	<b>2.359.730</b>	<b>(555.207)</b>	<b>1.804.523</b>

Circulante 1.702.004

Não circulante 102.519

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 31.12.2020
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			
<b>Classes de consumidores:</b>									
Residencial	193.625	194.039	20.156	39.160	75.901	211.595	734.476	(180.229)	554.247
Industrial	18.936	15.231	773	1.597	3.633	17.168	57.338	(21.493)	35.845
Comercial	56.086	32.561	3.610	7.914	15.915	43.440	159.526	(50.776)	108.750
Rural	64.059	43.734	5.890	10.989	21.388	46.422	192.482	(56.762)	135.720
Poder público	27.371	14.126	3.776	4.058	8.337	15.897	73.565	(12.473)	61.092
Iluminação pública	18.367	11.464	6.400	13.061	6.066	31.034	86.392	(36.447)	49.945
Serviço público	15.243	7.172	859	2.290	2.763	9.826	38.153	(11.929)	26.224
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>393.687</b>	<b>318.327</b>	<b>41.464</b>	<b>79.069</b>	<b>134.003</b>	<b>375.382</b>	<b>1.341.932</b>	<b>(370.109)</b>	<b>971.823</b>
Receita não faturada	281.102	-	-	-	-	-	281.102	(3.805)	277.297
Parcelamento de débitos*	214.636	-	-	-	-	-	214.636	(7.528)	207.108
Compartilhamento - uso mútuo	6.353	6.609	3.918	3.232	2.515	12.123	34.750	(12.443)	22.307
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	-	-	-	32.350	38.881	(32.350)	6.531
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
<b>Subtotal</b>	<b>902.309</b>	<b>324.936</b>	<b>45.382</b>	<b>82.301</b>	<b>136.518</b>	<b>435.144</b>	<b>1.926.590</b>	<b>(441.524)</b>	<b>1.485.066</b>

Circulante 1.409.635

Não circulante 75.431

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	30.09.2021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(441.524)	(161.814)	48.131	(555.207)
Outros créditos	(2.459)	708	-	(1.751)
	<b>(443.983)</b>	<b>(161.106)</b>	<b>48.131</b>	<b>(556.958)</b>
Circulante	(428.694)			(541.669)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
<b>Total</b>	<b>(443.983)</b>			<b>(556.958)</b>

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	30.09.2020
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(358.657)	(145.443)	25.708	(478.392)
Outros créditos	(3.786)	262	722	(2.802)
	<b>(362.443)</b>	<b>(145.181)</b>	<b>26.430</b>	<b>(481.194)</b>
Circulante	(347.154)			(465.905)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
<b>Total</b>	<b>(362.443)</b>			<b>(481.194)</b>

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo realização de negociações de dívidas vencidas a mais de 120 dias, com consumidores das classes Industrial e Comercial, o que, conseqüentemente, trouxe um acúmulo de dívidas vencidas há mais tempo quando comparado ao exercício anterior.



**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa para Contas a receber de clientes e outros recebíveis.

	30.09.2021	31.12.2020
Residencial	(249.097)	(184.145)
Industrial	(21.769)	(21.493)
Comercial	(60.370)	(50.776)
Rural	(68.841)	(56.651)
Poder público	(14.706)	(12.473)
Iluminação pública	(48.065)	(36.447)
Serviço público	(11.337)	(11.929)
Parcelamento de débitos de consumidores	(6.308)	(7.528)
Outros	(74.714)	(60.082)
	<b>(555.207)</b>	<b>(441.524)</b>

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.09.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsídio CDE	31.862	12.308
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	21.564	7.402
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(1.954)	1.263
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(7.439)	(3.894)
	<b>44.033</b>	<b>17.079</b>

Em dezembro de 2020 e setembro de 2021, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

**9. Tributos a compensar**

	30.09.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda (a)	89.583	70.281
Contribuição social (a)	31.695	29.733
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	19.468	12.796
<b>Total</b>	<b>140.746</b>	<b>112.810</b>

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (c)	86.773	76.424	73.343	78.801
PIS e COFINS	15.473	-	9.740	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	380.684	762.943	317.773	992.192
Outros tributos	1.036	-	474	-
<b>Total</b>	<b>483.966</b>	<b>839.367</b>	<b>401.330</b>	<b>1.070.993</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) A Companhia calcula o IRPJ/CSLL com base no Lucro Real por estimativas mensais e os mesmos estão proibidos de serem compensados conforme Lei 9.430/1996, Art. 74, §3º, inciso IX.
- b) A variação entre os períodos se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos.
- c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 133.217 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 28.818 (R\$ 26.019 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.
- d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 380.684 no curto prazo e R\$ 762.943 no longo prazo em 30 de setembro de 2021.

A Companhia entende que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).

## Notas Explicativas



## 10. Ativo e passivo financeiro setorial

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2020	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>33.199</b>	<b>866.519</b>	<b>(107.233)</b>	-	<b>(333.283)</b>	<b>6.140</b>	-	<b>465.342</b>	<b>30.574</b>	<b>434.768</b>	<b>222.349</b>	<b>242.993</b>
Aquisição de energia - (CVA/energ)	(47.408)	687.711	(73.810)	-	(284.874)	4.557	-	286.176	(18.243)	304.419	116.035	170.141
Proinfa	9.453	(1.665)	(3.360)	-	-	132	-	4.560	4.561	(1)	4.561	(1)
Transporte rede básica	42.031	35.203	(28.339)	-	-	1.403	-	50.298	16.373	33.925	31.337	18.961
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	139.240	(1.947)	-	(48.409)	140	-	128.118	35.879	92.239	76.565	51.553
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	6.030	223	-	-	(92)	-	(3.810)	(7.996)	4.186	(6.149)	2.339
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(242.419)</b>	<b>93.488</b>	<b>107.713</b>	-	<b>(55.500)</b>	<b>13.740</b>	-	<b>(82.978)</b>	<b>(148.033)</b>	<b>65.055</b>	<b>(81.128)</b>	<b>(1.850)</b>
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(10.888)	5.152	-	-	69	-	(15.555)	(3.557)	(11.998)	(8.849)	(6.706)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	12.031	30.040	-	(55.500)	(2.094)	-	(36.858)	(15.643)	(21.215)	(25.001)	(11.857)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(22.578)	22.210	-	-	(1.572)	-	(116.239)	(29.614)	(86.625)	(29.614)	(86.625)
Risco hidrológico	(134.326)	(110.673)	97.408	-	-	4.542	-	(143.049)	(73.140)	(69.909)	(103.977)	(39.072)
Outros	37.429	225.596	(47.097)	-	-	12.795	-	228.723	(26.079)	254.802	86.313	142.410
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>(209.220)</b>	<b>960.007</b>	<b>480</b>	-	<b>(388.783)</b>	<b>19.880</b>	-	<b>382.364</b>	<b>(117.459)</b>	<b>499.823</b>	<b>141.221</b>	<b>241.143</b>

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</b>	<b>174.709</b>	<b>94.731</b>	<b>(166.289)</b>	<b>(227.870)</b>	<b>(32.601)</b>	<b>7.036</b>	<b>(1)</b>	<b>(150.285)</b>	<b>113.222</b>	<b>(263.507)</b>	<b>(3.011)</b>	<b>(147.274)</b>
Aquisição de energia - (CVA/energ)	272.759	134.833	(214.869)	(268.436)	(32.601)	8.751	(1)	(99.564)	143.811	(243.375)	36.459	(136.023)
Proinfa	(176)	(3.256)	1.033	3.821	-	(66)	-	1.356	(2.476)	3.832	(787)	2.143
Transporte rede básica	27.261	52.615	(17.860)	(50.528)	-	526	-	12.014	15.409	(3.395)	13.912	(1.898)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(74.411)	77.460	88.784	-	(2.527)	-	(42.109)	(55.517)	13.408	(49.603)	7.494
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	(15.050)	(12.053)	(1.511)	-	352	-	(21.982)	11.995	(33.977)	(2.992)	(18.990)
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(101.169)</b>	<b>(14.486)</b>	<b>102.768</b>	<b>(152.594)</b>	-	<b>86</b>	<b>(12.223)</b>	<b>(177.618)</b>	<b>(69.748)</b>	<b>(107.870)</b>	<b>(79.741)</b>	<b>(97.877)</b>
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	17.520	8.181	(15.840)	-	17	(1)	(2.661)	(3.190)	529	(2.955)	294
Sobrecontratação de energia	43.595	22.847	45.153	(103.025)	-	1.221	2.517	12.308	(28.797)	41.105	(10.667)	22.975
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(56.603)	21.843	-	-	(10.038)	92.710	(114.829)	(29.613)	(85.216)	(29.614)	(85.215)
Risco hidrológico	(92.661)	(91.795)	67.852	-	-	(1.486)	(24.960)	(143.050)	(73.140)	(69.910)	(103.977)	(39.073)
Outros	110.263	93.545	(40.261)	(33.729)	-	10.372	(69.576)	70.614	64.992	5.622	67.472	3.142
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>73.540</b>	<b>80.245</b>	<b>(63.521)</b>	<b>(380.464)</b>	<b>(32.601)</b>	<b>7.122</b>	<b>(12.224)</b>	<b>(327.903)</b>	<b>43.474</b>	<b>(371.377)</b>	<b>(82.752)</b>	<b>(245.151)</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator.

“Cabe mencionar que a Companhia impetrou mandado de segurança contra a aplicação do Despacho nº 2.508/2020, no âmbito do reajuste tarifário de 2021, que estabelece os montantes de sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 sendo acatado pela ANEEL, conforme publicado no Despacho nº 1.061/2021, de 16 de abril de 2021 .”

Eventual decisão futura da ANEEL pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderá implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 57.885 (atualizado até 30 de setembro de 2021), tendo como contrapartida o resultado.



## Notas Explicativas

### 11. Benefício fiscal

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.09.2021	31.12.2020
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(710.596)	(700.167)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	385.975	379.092
<b>Total</b>	<b>21.974</b>	<b>25.520</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.09.2021	Percentual
Em 2021	1.182	5,38%
Em 2022	4.327	19,69%
Em 2023	3.960	18,02%
Em 2024	3.625	16,50%
2025 até 2027	8.880	40,41%
<b>Total</b>	<b>21.974</b>	<b>100,00%</b>

### 12. Cauções e Depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.09.2021	31.12.2020
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	13
BNB	CDB	15.567	14.940
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.254	13.630
<b>Total</b>		<b>30.834</b>	<b>28.583</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Ativo indenizável (concessão)**

Em 30 de setembro de 2021 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo Indenizável
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.372.127</b>
Transferências do ativo contratual	415.114
Marcação a mercado	35.029
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>2.822.270</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.026.407</b>
Transferências do ativo contratual	283.633
Marcação a mercado	216.364
Transferências do ativo imobilizado	21.552
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>3.547.956</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

**14. Imobilizado**

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2020	Adição	Depreciação/A mortização	Transferência	30.09.2021
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos	30	-	-	(30)	-
Edif. Ob. CÍMs e benfeitorias	9	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	(25.246)	38.989
Veículos	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	(45.083)	10.838
<b>Subtotal</b>	<b>120.195</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(68.574)</b>	<b>51.621</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Edif. Ob. CÍMs e benfeitorias	-	-	(22)	(675)	(697)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(882)	14.686	(36.004)
Veículos	-	-	(22)	(442)	(464)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(460)	27.322	(8.542)
<b>Subtotal</b>	<b>(85.212)</b>	<b>-</b>	<b>(1.386)</b>	<b>40.891</b>	<b>(45.707)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Edif. Ob. CÍMs e benfeitorias	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	784	83	30.955	34.857
Veículos	-	3	-	6.575	6.578
Móveis e utensílios	2.891	413	-	293	3.597
<b>Subtotal</b>	<b>5.926</b>	<b>1.200</b>	<b>83</b>	<b>38.585</b>	<b>45.794</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>40.909</b>	<b>1.200</b>	<b>(1.303)</b>	<b>10.902</b>	<b>51.708</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>					
Terrenos	352	-	(151)	(2)	199
Imóveis	2.303	-	(1.108)	475	1.670
<b>Subtotal</b>	<b>2.655</b>	<b>-</b>	<b>(1.259)</b>	<b>473</b>	<b>1.869</b>
<b>Total</b>	<b>43.564</b>	<b>1.200</b>	<b>(2.562)</b>	<b>11.375</b>	<b>53.577</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	Adição	Remensuração	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	30.09.2020
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Terrenos	30	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	-	(24)	2.713	64.086
Móveis e utensílios	51.355	-	-	-	(135)	2.649	53.869
<b>Subtotal</b>	<b>112.791</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(159)</b>	<b>5.362</b>	<b>117.994</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	-	(3.006)	14	-	(48.846)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	-	(2.216)	135	-	(34.614)
<b>Subtotal</b>	<b>(78.387)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.222)</b>	<b>149</b>	<b>-</b>	<b>(83.460)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Máquinas e equipamentos	3.035	2.713	-	-	-	(2.713)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	2.649	-	-	-	(2.649)	4.599
<b>Subtotal</b>	<b>7.634</b>	<b>5.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.362)</b>	<b>7.634</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>42.038</b>	<b>5.362</b>	<b>-</b>	<b>(5.222)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>42.168</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	82	74	30	(259)	-	73	-
Imóveis	8.660	-	(42)	(4.349)	-	(73)	4.196
Veículos e outros meios de transporte	588	-	-	(588)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>9.330</b>	<b>74</b>	<b>(12)</b>	<b>(5.196)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.196</b>
<b>Total</b>	<b>51.368</b>	<b>5.436</b>	<b>(12)</b>	<b>(10.418)</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>46.364</b>

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,81
Imóveis	2,85

## 15. Intangível

	30.09.2021			31.12.2020	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>					
Direito de uso da concessão	5.365.766	(3.241.608)	(270.599)	<b>1.853.559</b>	<b>1.847.773</b>
Software	335.504	(220.503)	-	<b>115.001</b>	<b>160.146</b>
Bens de renda	369	(357)	-	<b>12</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>5.701.639</b>	<b>(3.462.468)</b>	<b>(270.599)</b>	<b>1.968.572</b>	<b>2.007.919</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.076.192</b>	<b>(2.858.217)</b>	<b>(286.953)</b>	<b>1.931.022</b>
Baixas	(2.882)	1.738	-	(1.144)
Amortização	-	(241.854)	25.431	(216.423)
Transferência dos ativos contratuais	381.476	-	(44.705)	336.771
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>5.454.786</b>	<b>(3.098.333)</b>	<b>(306.227)</b>	<b>2.050.226</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.485.574</b>	<b>(3.180.336)</b>	<b>(297.319)</b>	<b>2.007.919</b>
Amortização	-	(282.132)	26.720	(255.412)
Transferência dos ativos contratuais	289.250	-	-	289.250
Transferência para ativos de concessão	(73.185)	-	-	(73.185)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>5.701.639</b>	<b>(3.462.468)</b>	<b>(270.599)</b>	<b>1.968.572</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>%</b>
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

**16. Ativos contratuais**

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Em 30 de setembro de 2021 os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,28% a.a. (Em 31 de dezembro de 2020 de 4,46% a.a.)

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Em Curso</b>				
Direito de uso da concessão	912.177	(235.431)	676.746	507.363
Software	137.307	-	137.307	73.417
<b>Total</b>	<b>1.049.484</b>	<b>(235.431)</b>	<b>814.053</b>	<b>580.780</b>



**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	776.890	(255.833)	521.057
Adições	737.113	(11.773)	<b>725.340</b>
Capitalização de juros de empréstimos	701	-	<b>701</b>
Transferências para ativo intangível	(381.476)	44.705	<b>(336.771)</b>
Transferências para ativo indenizável	(415.114)	-	<b>(415.114)</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>718.114</b>	<b>(222.901)</b>	<b>495.213</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>803.681</b>	<b>(222.901)</b>	<b>580.780</b>
Adições	778.221	(12.530)	<b>765.691</b>
Capitalização de juros de empréstimos	207	-	<b>207</b>
Transferências para ativo intangível	(289.250)	-	<b>(289.250)</b>
Transferências para ativo indenizável	(283.633)	-	<b>(283.633)</b>
Transferências do ativo imobilizado	40.258	-	<b>40.258</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>1.049.484</b>	<b>(235.431)</b>	<b>814.053</b>

**17. Fornecedores**

	<b>30.09.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Compra de Energia	569.418	497.247
Compra de Energia com partes relacionadas	185.785	1.229
Encargo de Uso da Rede	91.122	121.102
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	247	293
<b>Total energia</b>	<b>846.572</b>	<b>619.871</b>
Materiais e serviços	496.999	308.594
Materiais e serviços com partes relacionadas	126.743	96.092
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.470.314</b>	<b>1.024.557</b>

**18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2021 o montante compensado de R\$ 180.821 (em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 165.863) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

A seguir apresentamos a posição patrimonial do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	9	380.684	317.774
<u>Ativo não circulante</u>	9	762.943	992.192
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.143.627</b>	<b>1.309.966</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		380.684	317.774
<u>Passivo não circulante</u>		1.079.833	1.128.538
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.460.517</b>	<b>1.446.312</b>
		<b>30.09.2021</b>	<b>30.09.2020</b>
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		16.568	21.941
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(16.568)	(21.941)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

## Notas Explicativas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.449.864</b>	<b>1.420.867</b>
Constituição	21.941	21.941
Compensações	(79.930)	-
Outros	-	(439)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>1.391.875</b>	<b>1.442.369</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.309.965</b>	<b>1.446.312</b>
Reversão	(2.085)	(2.085)
Atualizações	16.568	16.568
Compensações	(180.821)	-
Outros	-	(278)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>1.143.627</b>	<b>1.460.517</b>

## 19. Obrigações fiscais

	30.09.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ	-	48.425
Contribuição social - CSLL a pagar	3.182	22.685
<b>Total</b>	<b>3.182</b>	<b>71.110</b>

O saldo em 30 de setembro de 2021 é composto por provisões contribuição social de R\$3.182 a pagar, líquido das compensações, referente Base Fiscal positiva do 3º trimestre de 2021 após a compensação do prejuízo fiscal sobre base negativa acumulado de períodos anteriores.

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (a)	816	1.700	2.516	1.231	3.488	4.719
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	34.949	-	34.949	24.413	-	24.413
Programa de integração social - PIS	7.515	-	7.515	5.343	-	5.343
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.607	-	8.607	7.304	-	7.304
Outros tributos e contribuições	2.439	-	2.439	960	-	960
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>54.326</b>	<b>1.700</b>	<b>56.026</b>	<b>39.251</b>	<b>3.488</b>	<b>42.739</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	161.218	-	161.218	123.480	-	123.480
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>161.218</b>	<b>-</b>	<b>161.218</b>	<b>123.480</b>	<b>-</b>	<b>123.480</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	4.976	-	4.976	3.350	-	3.350
Outros tributos e contribuições	17	-	17	1.086	-	1.086
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>4.993</b>	<b>-</b>	<b>4.993</b>	<b>4.436</b>	<b>-</b>	<b>4.436</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>220.537</b>	<b>1.700</b>	<b>222.237</b>	<b>167.167</b>	<b>3.488</b>	<b>170.655</b>

- a) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no período findo em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 816 e no longo prazo o montante de R\$ 1.700, tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.
- b) ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. Do montante em 30 de setembro de 2021 de R\$ 161.154 (R\$ 123.480 em 31 de dezembro de 2020), são principalmente referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>REFIS IV FEDERAL</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.719</b>
(-) Pagamento principal	<b>(1.490)</b>
(-) Pagamento juros	<b>(764)</b>
(+) Atualização	<b>51</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.516</b>
Circulante	<b>816</b>
Não circulante	<b>1.700</b>
Total do passivo	<b>2.516</b>

	<b>REFIS IV FEDERAL</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.311</b>
(-) Pagamento principal	<b>(1.036)</b>
(-) Pagamento juros	<b>(937)</b>
(+) Atualização	<b>128</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>5.466</b>
Circulante	<b>1.339</b>
Não circulante	<b>4.127</b>
Total do passivo	<b>5.466</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.09.2021					31.12.2020				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Moeda estrangeira:</b>										
União Federal – Bônus de Desconto item ii (a)	35	-	35	6.163	6.198	16	-	16	5.930	5.946
União Federal – Bônus ao Par item ii (a)	251	-	251	8.833	9.084	110	-	110	8.499	8.609
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.011	191.478	193.489	-	193.489
TOKIO 4131	-	-	-	-	-	635	164.380	165.015	-	165.015
TOKIO 4131 II	-	-	-	-	-	227	55.025	55.252	-	55.252
SCOTIABANK 4131 II item i (b)	-	-	-	-	-	658	155.901	156.559	-	156.559
SCOTIABANK 4131 III item i (b1)	1.236	-	1.236	422.360	423.596	-	-	-	-	-
BNP 4131 II - COELCE item i (c)	15	-	15	127.189	127.204	-	-	-	-	-
BNP 4131 III - COELCE item i (c1)	11	127.189	127.200	-	127.200	-	-	-	-	-
	694	-	694	217.405	218.099	-	-	-	-	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>2.242</b>	<b>127.189</b>	<b>129.431</b>	<b>781.950</b>	<b>911.381</b>	<b>3.657</b>	<b>566.784</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>584.870</b>
<b>Moeda nacional:</b>										
<b>Financiamentos</b>										
Eletrobrás item ii (d)	-	2.806	2.806	1.751	4.557	-	4.437	4.437	3.796	8.233
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) item ii (e)	9	4.121	4.130	3.091	7.221	14	4.121	4.135	6.182	10.317
FINEP item ii (f)	2	-	2	663	665	2	-	2	663	665
BNB II item ii (g)	301	48.688	48.989	270.112	319.101	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481
<b>Financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>312</b>	<b>55.615</b>	<b>55.927</b>	<b>275.617</b>	<b>331.544</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>										
Enel Finance International N.V. item i (h)	2.798	-	2.798	500.000	502.798	-	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>2.798</b>	<b>-</b>	<b>2.798</b>	<b>500.000</b>	<b>502.798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional</b>	<b>3.110</b>	<b>55.615</b>	<b>58.725</b>	<b>775.617</b>	<b>834.342</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>5.352</b>	<b>182.804</b>	<b>188.156</b>	<b>1.557.567</b>	<b>1.745.723</b>	<b>10.405</b>	<b>627.152</b>	<b>637.557</b>	<b>319.009</b>	<b>956.566</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>54.726</b>	<b>330.524</b>	<b>287.392</b>	<b>11.206</b>	<b>683.848</b>
Captações	33.079	-	500.000	-	533.079
Encargos provisionados	5.887	-	14.076	-	19.963
Encargos pagos	(4.365)	-	(9.019)	-	(13.384)
Variação monetária e cambial	-	6.788	232.617	4.552	243.957
Transferências	19.338	(19.338)	59	(59)	-
Amortizações	(61.152)	-	-	-	(61.152)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>47.513</b>	<b>317.974</b>	<b>1.025.125</b>	<b>15.699</b>	<b>1.406.311</b>
					-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>956.566</b>
Captações	-	500.000	135.000	745.000	1.380.000
Encargos provisionados	22.482	-	8.651	-	31.133
Encargos pagos	(19.152)	-	(10.314)	-	(29.466)
Variação monetária e cambial	-	22.966	31.403	22.521	76.890
Transferências	51.929	(51.929)	-	-	-
Amortizações	(63.650)	-	(605.750)	-	(669.400)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>58.725</b>	<b>775.617</b>	<b>129.431</b>	<b>781.950</b>	<b>1.745.723</b>

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

30.09.2021					
2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
13.529	691.644	190.657	548.472	113.265	1.557.567

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

## (i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante os nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131III (b1)	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement (f)	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE (c )	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 III - COELCE (c1)	135.000	01/04/2021	28/03/2022	Bullet	Semestral	USD + 1,57% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III (b1)	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE (c )	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE (c1)	CDI + 0,55 a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	CDI + 1,25 a.a

## (ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes nos nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (a)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (a)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás (d)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II (g)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP (f)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, Scotiabank e BNP a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de setembro de 2021:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank e BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

#### BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

#### Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

#### SCOTIABANK e BNP 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.09.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	5.743	175.000	175.000	<b>355.743</b>	410	175.000	175.000	<b>350.410</b>
2ª Série 5ª emissão (b)	3.203	-	180.634	<b>183.837</b>	430	-	168.677	<b>169.107</b>
1ª Série 6ª emissão (c)	675	-	40.000	<b>40.675</b>	49	-	40.000	<b>40.049</b>
2ª Série 6ª emissão (d)	5.854	-	319.921	<b>325.775</b>	785	-	298.744	<b>299.529</b>
1ª Série 7ª emissão (e)	910	175.000	175.000	<b>350.910</b>	2.456	-	350.000	<b>352.456</b>
2ª Série 7ª emissão (f)	8.468	-	344.591	<b>353.059</b>	11.440	-	321.782	<b>333.222</b>
(-) Custo de transação	-	(1.741)	(7.300)	<b>(9.041)</b>	-	-	(11.190)	<b>(11.190)</b>
Total de debêntures	<b>24.853</b>	<b>348.259</b>	<b>1.227.846</b>	<b>1.600.958</b>	<b>15.570</b>	<b>175.000</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.610</b>	<b>1.481.977</b>	<b>1.500.587</b>
Atualização monetária	-	12.001	12.001
Encargos provisionados	51.490	-	51.490
Encargos pagos	(50.560)	-	(50.560)
Apropriação custo de transação	-	2.149	2.149
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>19.540</b>	<b>1.496.127</b>	<b>1.515.667</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>190.570</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>
Atualização monetária	-	55.944	55.944
Encargos provisionados	55.979	-	55.979
Encargos pagos	(46.695)	-	(46.695)
Transferências	171.111	(171.111)	-
Apropriação custo de transação	2.147	-	2.147
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>373.112</b>	<b>1.227.846</b>	<b>1.600.958</b>

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	-	-	-	175.000
2ª Série 5ª emissão	-	105.634	75.000	-	180.634
1ª Série 6ª emissão	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	184.921	135.000	319.921
1ª Série 7ª emissão	-	175.000	-	-	175.000
2ª Série 7ª emissão	-	-	344.591	-	344.591
(-) Custo de transação	(819)	(3.274)	(2.441)	(766)	(7.300)
<b>Total a amortizar</b>	<b>174.181</b>	<b>317.360</b>	<b>602.071</b>	<b>134.234</b>	<b>1.227.846</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Obrigações por Arrendamentos

Os saldos em 30 de setembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2021	Valor Nominal 31.12.2020	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigações por arrendamento:</b>					
Terrenos	401	535	9,75	Mensal	de 5,37% a.a até 10,01% a.a
Imóveis	2.542	3.734	34,23	Mensal	de 2,42% a.a até 12,51% a.a
<b>Total</b>	<b>2.943</b>	<b>4.269</b>			
<b>Circulante</b>					
	<b>2.342</b>	<b>2.944</b>			
<b>Não circulante</b>					
	<b>601</b>	<b>1.325</b>			
	<b>2.943</b>	<b>4.269</b>			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.09.2021		
	Principal	Juros	Total
<b>Até um ano - 2021</b>	<b>2.435</b>	<b>(93)</b>	<b>2.342</b>
<b>Posterior a um ano, porém menor que cinco anos</b>	<b>570</b>	<b>(108)</b>	<b>462</b>
Até 2 anos - 2022	259	(42)	217
Até 3 anos - 2023	139	(29)	110
Até 4 anos - 2024	94	(22)	72
Até 5 anos - 2025	78	(15)	63
<b>2026 em diante</b>	<b>149</b>	<b>(10)</b>	<b>139</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>3.154</b>	<b>(211)</b>	<b>2.943</b>

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.784</b>	<b>3.242</b>	<b>11.026</b>
Adições	-	74	74
Remensuração	-	(12)	(12)
Pagamentos de principal	(5.465)	-	(5.465)
Pagamentos de juros	(371)	-	(371)
Transferências	1.542	(1.542)	-
Encargos provisionados	345	-	345
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>3.835</b>	<b>1.762</b>	<b>5.597</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.944</b>	<b>1.325</b>	<b>4.269</b>
Pagamentos de principal	(1.326)	-	(1.326)
Pagamentos de juros	(139)	-	(139)
Transferências	724	(724)	-
Encargos provisionados	139	-	139
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>2.342</b>	<b>601</b>	<b>2.943</b>

## 23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2021	31.12.2020
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	44.768	43.744
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	49.796	60.989
Outros	3.229	3.979
<b>Total</b>	<b>97.793</b>	<b>108.712</b>
Circulante	50.368	91.892
Não Circulante	47.425	16.820

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.09.2021				31.12.2020				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.338	72.902	4.999	-	1.530	75.411	1.480	(6.486)	(4.528)	715
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	636	-	-	-	73	-	-	-	557	553	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.948	-	-	-	1.166	-	-	(963)	(819)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	42.869	-	-	-	23.126	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	56.094	-	-	-	51.601	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	720	-	-	-	658	-	-	(6.159)	(5.835)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	184.391	-	-	-	-	-	-	(1.160.893)	(967.209)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	93	-	-	-	84	-	-	(780)	(707)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	27	-	-	-	24	-	-	(225)	(202)	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	-	81	-	-	-	83	-	-	(535)	(506)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	43	-	-	-	45	-	-	(358)	(339)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	133	-	-	-	137	-	-	(882)	(835)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	112	-	-	-	103	-	-	(778)	(732)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	185	-	-	-	95	-	-	(722)	(679)	-
Encargo de uso do sistema de	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	247	-	-	-	293	-	-	(2.633)	(2.517)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	55	56	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	156.860	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	217	-	-	-	487	-	-	(1.316)	(804)	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	2.798	500.000	-	-	-	-	-	(16.421)	-	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
Reembolso expatriados	CODENSA	Até o final da concessão	-	262	-	-	-	181	-	-	(81)	(96)	-
	ENEL Itália		-	122	-	-	-	270	-	-	149	(199)	-
	ENEL AMERICAS		-	613	-	-	-	444	-	-	(168)	(298)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.557	-	-	-	496	-	-	(1.061)	(1.152)	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.782	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		2.943	5.325	-	-	514	4.690	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		1.421	26	-	-	915	26	-	-	-	-	-
* Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme	ENEL Distribuição Goiás - CELG D	Fevereiro de 2024	2.115	305	-	-	2.656	305	-	-	-	-	-
DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		309	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		586	5.416	-	-	344	5.416	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		791	-	-	-	542	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		821	475	-	-	580	385	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.421	6.523	-	-	1.007	2.924	-	-	-	-	-
			<b>11.945</b>	<b>473.988</b>	<b>572.902</b>	<b>4.999</b>	<b>7.677</b>	<b>215.251</b>	<b>75.411</b>	<b>1.480</b>	<b>(1.199.700)</b>	<b>(986.848)</b>	<b>715</b>
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.338	72.902	4.999	-	1.530	75.411	1.480	(6.486)	(4.528)	715
	<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>11.945</b>	<b>472.650</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>7.677</b>	<b>213.721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.193.214)</b>	<b>(982.320)</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(\*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

#### **Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

#### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

#### **Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.314	3.956	1.333	3.784
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	16	47	14	40
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	104	313	89	269
<b>Total</b>	<b>1.434</b>	<b>4.316</b>	<b>1.435</b>	<b>4.093</b>

#### **Mútuo**

**Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement):** Em 02 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 502.798

## Notas Explicativas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021		
	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas			
Enel Finance International N.V.	2.798	-	500.000
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>2.798</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>

	30.09.2021	31.12.2020	12 meses
	Efeito no resultados dos encargos		
Enel Finance International N.V.	2.798	-	2.798
<b>Total de efeito no resultados dos encargos</b>	<b>2.798</b>	<b>-</b>	<b>2.798</b>

## 25. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasieltros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasieltros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de setembro de 2021 estão representados abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	<b>76.941</b>	<b>34.987</b>	<b>111.928</b>
Custo do serviço corrente	(7)	108	255	1.052	1.408
Custo dos juros líquidos	(8)	(5)	4.099	992	5.078
Contribuições reais do empregador	(97)	(193)	(3.578)	(3.955)	(7.823)
Ganho/Perda Atuarial	83	124	(3.482)	(5.145)	(8.420)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>(29)</b>	<b>34</b>	<b>74.235</b>	<b>27.931</b>	<b>102.171</b>

Circulante	1.338
Não Circulante	100.833



**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	-	<b>73.297</b>	<b>23.760</b>	<b>97.057</b>
Custo do serviço corrente	288	83	271	373	1.015
Custos do serviço passado	(58)	(9)	3.953	786	4.672
Custo dos juros líquidos	(812)	(143)	(2.810)	(1.669)	(5.434)
Contribuições reais do empregador	582	69	(7.371)	5.673	(1.047)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	-	-	<b>67.340</b>	<b>28.923</b>	<b>96.263</b>
				Circulante	1.549
				Não Circulante	94.714

**Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas à pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de realizada por atuário independente para em 30 de junho de 2021, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, ocasionou uma diminuição de R\$ 8.420 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

**(a) Ativos e passivos atuariais**

	30.09.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.320.331
Valor justo dos ativos do plano	(1.431.920)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	213.760
<b>Obrigação registrada com benefícios pós-emprego</b>	<b>102.171</b>
Circulante	1.338
Não Circulante	100.833

**(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais**

	30.09.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.412.549
Custo dos serviços correntes	1.408
Contribuição dos empregados	767
Custos dos juros	74.127
Benefícios pagos	(39.111)
Perda atuarial	(129.409)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<b>1.320.331</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano**

	<b>30.09.2021</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.377.248
Rendimento esperado dos ativos do plano	73.222
Contribuições dos empregados	767
Contribuições do empregador	7.824
Benefícios pagos	(39.111)
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	11.970
<b>Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício</b>	<b>1.431.920</b>

**(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue**

	<b>30.09.2021</b>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	76.627
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	4.174
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	132.959
<b>Total</b>	<b>213.760</b>

**(e) Despesas reconhecidas no resultado dos períodos e nove meses:**

	<b>01.07.2021 a 30.09.2021</b>	<b>01.01.2021 a 30.09.2021</b>	<b>01.07.2020 a 30.09.2020</b>	<b>01.01.2020 a 30.09.2020</b>
Custo do serviço corrente	468	1.408	338	1.015
Custos dos juros	1.693	5.078	1.557	4.672
<b>Total de despesas</b>	<b>2.161</b>	<b>6.486</b>	<b>1.895</b>	<b>5.687</b>

**(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)**

	<b>30.09.2021</b>
Ganho atuarial gerada pela taxa de desconto	129.409
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	11.970
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(132.959)
<b>Saldo do final do período</b>	<b>8.420</b>

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	8,26%	7,74%	8,06%	7,78%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,26%	7,74%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o período findo em 30 de setembro de 2021, não sofreram alteração.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Provisões para processos judiciais e outros riscos**

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

**26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2021
Trabalhistas (a)	29.733	7.838	(8.149)	5.850	(722)	34.550
Cíveis (b)	121.936	33.019	(29.505)	26.630	(26.945)	125.135
Fiscais (c)	-	47	-	-	(35)	12
Regulatório (c)	42.860	36.006	(4.946)	10	(384)	73.546
<b>Sub-total</b>	<b>194.529</b>	<b>76.910</b>	<b>(42.600)</b>	<b>32.490</b>	<b>(28.086)</b>	<b>233.243</b>
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	(1.091)	13.467
<b>Total - provisões para processos judiciais e outros riscos</b>	<b>194.529</b>	<b>91.468</b>	<b>(42.600)</b>	<b>32.490</b>	<b>(29.177)</b>	<b>246.710</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Riscos trabalhistas**

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

**b) Riscos cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores

**c) Riscos regulatórios**

**c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial.

**c.2)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a "Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização" que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, que a Não Conformidade deveria ser cancelada visto que "a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento". Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793, no qual esse montante encontra-se

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionado. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

**c.3)** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858.

**c.4)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial.

**c.5)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

**c.6)** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916, recebido em agosto de 2021. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito administrativo.

#### **d) Outras provisões**

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída no valor total de R\$ 14.558 será realizada.

#### **26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	563.321	506.883
Cíveis (b)	1.549.185	1.363.003
Fiscais (c)	852.722	761.525
Juizados especiais	2.779	2.983
Regulatórios	3.694	6.716
<b>Total</b>	<b>2.971.701</b>	<b>2.641.110</b>

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

**a) Trabalhistas**

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ainda, ações previdenciárias.

**b) Cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**e) Fiscal****c.1 Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 717.795 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020);

**c.2 Temas municipais**

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.554 e R\$ 4.686 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 11.712 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020).

**c.3 Temas federais**

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.577 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020);

**c) Regulatórios**

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 394, referente ao Auto de Infração CEE-AI-0025-13-C (Qualidade do Atendimento Comercial) e (ii) 3.300 referentes ao Auto de Infração SFE-0032-18 (Geração Distribuída), totalizando R\$ 3.694 em 30 de setembro de 2021.

**26.3 Depósitos vinculados**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas	17.634	18.447
Cíveis	26.901	25.396
Fiscais	3.814	3.833
<b>Total</b>	<b>48.349</b>	<b>47.676</b>

**27. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social é de R\$ 914.346 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.687.600	5,97%	-	0,00%	1.687.600	5,67%	1.687.600	2,17%
Fundo de Pensão - FAELCE	-	0,00%	25.655	0,09%	-	0,00%	25.655	0,09%	25.655	0,03%
Una Capital Ltda	919.403	1,91%	1.490.268	5,27%	-	0,00%	1.490.268	5,00%	2.409.671	3,10%
Outros	84.289	0,18%	10.493.415	37,14%	3.097	0,20%	10.496.512	35,24%	10.580.801	13,59%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,01%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

**b) Capital social autorizado**

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

#### c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

#### d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

#### e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

#### f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

#### g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.



**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021	30.09.2020
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	8.420	1.047
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(2.863)	(356)
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(1.430)	(2.212)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	485	752
<b>Total</b>	<b>4.612</b>	<b>(769)</b>

**28. Resultado por ação**

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
<b>Numerador (em R\$ mil)</b>				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	51.271	221.821	29.611	96.755
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	30.135	130.379	17.404	56.870
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.637	7.082	945	3.089
	83.043	359.282	47.961	156.714
<b>Denominador (em unidades de ações)</b>				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
<b>Percentual por ação</b>				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>				
Ação ordinária	1,0666	4,6147	0,6160	2,0129
Ação preferencial - Classe A	1,1306	4,8916	0,6530	2,1337
Ação preferencial - Classe B	1,1733	5,0762	0,6776	2,2142

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.



## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 29. Receita líquida

## a) No trimestre

	01.07.2021 a 30.09.2021			01.07.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	3.288.455	1.525.327	696.160	3.125.300	1.183.404	671.258
Industrial	6.071	151.097	230.826	6.255	159.177	178.328
Comercial	183.179	385.734	393.075	183.934	370.325	304.936
Rural	580.726	326.527	207.399	591.867	295.728	143.835
Poder público	31.599	136.053	128.307	34.709	116.914	94.320
Iluminação pública	11.573	126.333	69.939	11.169	154.057	27.870
Serviço público	8.562	80.598	65.990	4.512	69.474	48.708
Suprimento e revenda	2	2.809	239	2	2.827	177
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.110.167</b>	<b>2.734.478</b>	<b>1.791.935</b>	<b>3.957.748</b>	<b>2.351.906</b>	<b>1.469.432</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	56.307	-	-	23.802
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(7.707)	-	-	(13.866)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	21	-	-	-
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>4.110.167</b>	<b>2.734.478</b>	<b>1.840.556</b>	<b>3.957.748</b>	<b>2.351.906</b>	<b>1.479.368</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	569.041	-	-	40.456
Subvenção baixa renda	-	-	52.953	-	-	48.312
Subvenção de recursos da CDE	-	-	62.105	-	-	61.048
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	535	665.795	98.874	430	569.924	64.953
Receita de construção	-	-	290.492	-	-	232.981
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	179.449	-	-	-
Outras receitas	-	-	54.025	-	-	31.746
<b>Total outras receitas</b>	<b>535</b>	<b>665.795</b>	<b>1.306.939</b>	<b>430</b>	<b>569.924</b>	<b>479.496</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.110.702</b>	<b>3.400.273</b>	<b>3.147.495</b>	<b>3.958.178</b>	<b>2.921.830</b>	<b>1.958.864</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(524.775)	-	-	(373.082)
COFINS - corrente	-	-	(201.999)	-	-	(109.070)
PIS - corrente	-	-	(43.854)	-	-	(23.680)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.313)	-	-	(11.364)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(95.825)	-	-	(53.022)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.258)	-	-	(1.672)
ISS	-	-	(1.672)	-	-	(1.311)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(889.696)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(573.201)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.110.702</b>	<b>3.400.273</b>	<b>2.257.799</b>	<b>3.958.178</b>	<b>2.921.830</b>	<b>1.385.663</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) No período de nove meses

	01.01.2021 a 30.09.2021			01.01.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	3.288.455	4.091.134	1.928.821	3.125.300	3.572.494	1.735.069
Industrial	6.071	422.398	609.954	6.255	422.425	507.183
Comercial	183.179	1.124.884	1.047.282	183.934	1.168.756	951.611
Rural	580.726	928.614	560.569	591.867	830.265	400.585
Poder público	31.599	382.767	332.788	34.709	383.639	295.037
Iluminação pública	11.573	469.664	217.069	11.169	444.349	141.007
Serviço público	8.562	225.709	172.062	4.512	220.643	152.103
Suprimento e revenda	2	8.468	648	2	8.977	531
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.110.167</b>	<b>7.653.638</b>	<b>4.869.193</b>	<b>3.957.748</b>	<b>7.051.548</b>	<b>4.183.126</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	385.195	-	-	222.705
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(20.563)	-	-	(19.936)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	55	-	-	-
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>4.110.167</b>	<b>7.653.638</b>	<b>5.233.880</b>	<b>3.957.748</b>	<b>7.051.548</b>	<b>4.385.895</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	960.487	-	-	16.724
Subvenção baixa renda	-	-	156.431	-	-	208.735
Subvenção de recursos da CDE	-	-	179.826	-	-	184.491
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	535	1.885.343	263.267	430	1.464.474	181.973
Receita de construção	-	-	765.898	-	-	726.041
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	218.458	-	-	11.466
Outras receitas	-	-	110.373	-	-	87.822
<b>Total outras receitas</b>	<b>535</b>	<b>1.885.343</b>	<b>2.654.740</b>	<b>430</b>	<b>1.464.474</b>	<b>1.417.252</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.110.702</b>	<b>9.538.981</b>	<b>7.888.620</b>	<b>3.958.178</b>	<b>8.516.022</b>	<b>5.803.147</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(1.411.750)	-	-	(1.113.399)
COFINS - corrente	-	-	(479.475)	-	-	(323.243)
PIS - corrente	-	-	(104.096)	-	-	(70.178)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(47.418)	-	-	(33.357)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(261.871)	-	-	(129.461)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(5.377)	-	-	(4.806)
ISS	-	-	(4.975)	-	-	(3.916)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.314.962)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.678.360)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.110.702</b>	<b>9.538.981</b>	<b>5.573.658</b>	<b>3.958.178</b>	<b>8.516.022</b>	<b>4.124.787</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 30. (Despesas) receitas operacionais

## a) No trimestre

	01.07.2021 a 30.09.2021					01.07.2020 a 30.09.2020						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(43.952)	-	6.158	-	-	(37.794)	(26.490)	-	(11.139)	-	-	(37.629)
Material	43.995	-	8.538	-	-	52.533	(9.176)	-	(387)	-	-	(9.563)
Serviços de terceiros	(231.923)	(6.670)	(8.891)	-	-	(247.484)	(87.998)	(350)	(16.249)	-	-	(104.597)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.196.267)	-	-	-	-	(1.196.267)	(695.548)	-	-	-	-	(695.548)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(233.740)	-	-	-	-	(233.740)	(116.183)	-	-	-	-	(116.183)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	4	-	-	-	-	4	1.597	-	-	-	-	1.597
Depreciação e amortização	(74.731)	-	(805)	-	-	(75.536)	(72.272)	-	(3.376)	-	-	(75.648)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(5.236)	-	-	-	-	(5.236)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(94.551)	-	(94.551)	-	-	-	(5.962)	-	(5.962)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(14.615)	-	(14.615)	-	-	-	(16.509)	-	(16.509)
Custo de construção	(290.492)	-	-	-	-	(290.492)	(232.981)	-	-	-	-	(232.981)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(33.127)	-	-	(33.127)	-	-	7.146	-	-	7.146
Outras despesas operacionais	(15.180)	-	(13.113)	-	-	(28.293)	(4.564)	-	(14.767)	-	(4.803)	(24.134)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	4.841	4.841	-	-	-	-	2.268	2.268
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	2.213	2.213	-	-	-	-	5.128	5.128
<b>Subtotal</b>	<b>(2.042.286)</b>	<b>(6.670)</b>	<b>(41.240)</b>	<b>(109.166)</b>	<b>7.054</b>	<b>(2.192.308)</b>	<b>(1.248.851)</b>	<b>(350)</b>	<b>(38.772)</b>	<b>(22.471)</b>	<b>2.693</b>	<b>(1.307.851)</b>

## b) No período de nove meses

	30.09.2021					30.09.2020						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(103.222)	-	(29.206)	-	-	(132.428)	(85.788)	-	(35.506)	-	-	(121.294)
Material	(24.398)	-	8.386	-	-	(16.012)	(21.399)	-	(1.163)	-	-	(22.562)
Serviços de terceiros	(395.094)	(6.670)	(30.561)	-	-	(432.325)	(266.053)	(1.223)	(41.175)	-	-	(308.451)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.766.238)	-	-	-	-	(2.766.238)	(2.028.686)	-	-	-	-	(2.028.686)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(576.074)	-	-	-	-	(576.074)	(270.826)	-	-	-	-	(270.826)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	7.136	-	-	-	-	7.136	52.302	-	-	-	-	52.302
Depreciação e amortização	(235.733)	-	(2.562)	-	-	(238.295)	(199.998)	-	(10.418)	-	-	(210.416)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(16.942)	-	-	-	-	(16.942)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(120.949)	-	(120.949)	-	-	-	(118.751)	-	(118.751)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(40.157)	-	(40.157)	-	-	-	(26.430)	-	(26.430)
Custo de construção	(765.898)	-	-	-	-	(765.898)	(726.041)	-	-	-	-	(726.041)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(34.310)	-	-	(34.310)	-	-	(20.957)	-	-	(20.957)
Outras despesas operacionais	(28.652)	-	(40.545)	-	-	(69.197)	(18.690)	-	(37.853)	-	(5.836)	(62.379)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	11.063	11.063	-	-	-	-	9.324	9.324
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	3.101	3.101	-	-	-	-	6.749	6.749
<b>Subtotal</b>	<b>(4.888.173)</b>	<b>(6.670)</b>	<b>(128.798)</b>	<b>(161.106)</b>	<b>14.164</b>	<b>(5.170.583)</b>	<b>(3.582.121)</b>	<b>(1.223)</b>	<b>(147.072)</b>	<b>(145.181)</b>	<b>10.237</b>	<b>(3.865.360)</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 31. Resultado financeiro

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	1.658	5.760	1.994	4.115
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.655	67.957	17.251	36.416
Marcação a mercado de ativo indenizável	96.617	216.364	24.792	35.029
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	14.818	34.089	(1.459)	7.122
Variação cambial	1.436	3.299	1.292	6.283
Variação cambial de dívida	(37.313)	121.563	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	29.896	174.890	38.203	232.555
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	-	1.669
Juros fundo de pensão	4	13	22	66
Outras receitas financeiras	17.564	21.519	1.112	2.400
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.782)	(5.945)	(1.373)	(2.666)
<b>Subtotal</b>	<b>147.553</b>	<b>639.509</b>	<b>81.834</b>	<b>322.989</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Variação monetária de dívidas	(7.243)	(22.965)	(1.883)	(6.789)
Variação monetária de debêntures	(19.965)	(55.944)	(8.969)	(12.001)
Variação cambial de dívidas	(30.486)	(175.488)	(38.790)	(237.168)
Variação cambial	(2.894)	(5.439)	-	-
Encargos de dívidas	(14.068)	(31.133)	(7.294)	(19.963)
Juros debêntures	(22.253)	(55.979)	(15.822)	(51.490)
Encargos fundo de pensão	(1.697)	(5.091)	(1.579)	(4.738)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(2.286)	(14.209)	214	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(13.633)	(32.490)	(4.996)	(16.666)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	36.751	(122.042)	(474)	(474)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(9.276)	(15.954)	(231)	(4.050)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	71	233	111	702
Atualizações de impostos	(1.200)	(3.390)	(1.209)	(3.156)
Atualização P&D/PEE	(429)	(2.128)	(1.265)	(1.669)
IOF/IOC	(14)	(15)	-	(774)
Apropriação custo de transação	(716)	(2.149)	(716)	(2.149)
Comissão de fiança e seguro garantia	(237)	(1.708)	(2.173)	(5.893)
Juros em arrendamento	(39)	(139)	(83)	(358)
Outras despesas financeiras	(7.018)	(14.842)	(12.216)	(22.670)
<b>Subtotal</b>	<b>(96.632)</b>	<b>(560.872)</b>	<b>(97.375)</b>	<b>(389.306)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>50.921</b>	<b>78.637</b>	<b>(15.541)</b>	<b>(66.317)</b>

## Notas Explicativas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**32. Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

**a) No trimestre**

	01.07.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(34.202)	(8.277)	(15.308)	(5.525)
Diferidos	5.399	(2.175)	(411)	(136)
Incentivo fiscal	5.886	-	7.070	-
<b>Total</b>	<b>(22.917)</b>	<b>(10.452)</b>	<b>(8.649)</b>	<b>(5.661)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>116.412</b>	<b>116.412</b>	<b>62.271</b>	<b>62.271</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	4.402	4.402	635	635
Doações	14	14	-	-
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Outras despesas indedutíveis	-	-	5	-
<b>Total das adições</b>	<b>4.416</b>	<b>4.416</b>	<b>640</b>	<b>635</b>
Base de cálculo	120.828	120.828	62.911	62.906
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(30.195)</b>	<b>(10.874)</b>	<b>(15.719)</b>	<b>(5.661)</b>
Incentivos fiscais	5.886	-	7.070	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	1.392	422	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(22.917)</b>	<b>(10.452)</b>	<b>(8.649)</b>	<b>(5.661)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19,69%</b>	<b>8,98%</b>	<b>13,89%</b>	<b>9,09%</b>

**b) No período de nove meses**

	01.01.2021 a 30.09.2021		01.01.2020 a 30.09.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(152.530)	(54.951)	(86.219)	(31.082)
Diferidos	29.785	10.674	37.573	13.563
Incentivo fiscal	44.592	-	29.769	-
<b>Total</b>	<b>(78.153)</b>	<b>(44.277)</b>	<b>(18.877)</b>	<b>(17.519)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>481.712</b>	<b>481.712</b>	<b>193.110</b>	<b>193.110</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	12.170	12.170	1.507	1.507
Doações	175	175	24	24
Outras despesas indedutíveis	-	-	15	15
<b>Total das adições</b>	<b>12.345</b>	<b>12.345</b>	<b>1.546</b>	<b>1.546</b>
Base de cálculo	494.057	494.057	194.656	194.656
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(123.496)</b>	<b>(44.465)</b>	<b>(48.646)</b>	<b>(17.519)</b>
Incentivos fiscais	44.592	-	29.769	-
Ajustes de períodos anteriores	751	188	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(78.153)</b>	<b>(44.277)</b>	<b>(18.877)</b>	<b>(17.519)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,22%</b>	<b>9,19%</b>	<b>9,78%</b>	<b>9,07%</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Resultado		Outros resultados	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	79.303	68.781	10.522	5.600	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	140.772	83.766	57.006	51.590	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	63.616	66.478	-	-	(2.863)	(356)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	833	721	-	(406)	112	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	526	549	(23)	-	-	-
Outras provisões	41.669	20.188	21.482	10.097	-	-
<b>Total dos diferidos ativos</b>	<b>328.524</b>	<b>242.288</b>	<b>88.987</b>	<b>66.881</b>	<b>(2.751)</b>	<b>(356)</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.446)	(1.480)	34	39	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(254.567)	(181.003)	(73.564)	(11.909)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	(347)	(27.663)	27.663	-	(347)	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	(2.661)	-	(2.661)	-	-	576
<b>Total dos diferidos passivos</b>	<b>(259.021)</b>	<b>(210.146)</b>	<b>(48.528)</b>	<b>(11.870)</b>	<b>(347)</b>	<b>576</b>
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>69.503</b>	<b>32.142</b>	<b>40.459</b>	<b>55.011</b>	<b>(3.098)</b>	<b>220</b>
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	(3.875)		
<b>Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>40.459</b>	<b>51.136</b>		

**33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro****Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

**Fatores de risco**

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) **Gerenciamento de riscos**

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

#### Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de  *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

#### b) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	255.426	166.015
Títulos e valores mobiliários	79.253	92.376
Instrumentos financeiros derivativos	6.397	64.356
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.804.523	1.485.066
Ativos financeiros setoriais	382.364	-
Ativo indenizável (concessão)	3.547.956	3.026.407
	<b>6.075.919</b>	<b>4.834.220</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 30 de setembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificações de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2021	31.12.2020
AA-	6.397	64.356
<b>Total geral</b>	<b>6.397</b>	<b>64.356</b>

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2021	31.12.2020
AAA	228.456	227.501
AA+	1.727	13
<b>Total geral</b>	<b>230.183</b>	<b>227.514</b>

**c) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os



**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**d) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 30 de setembro de 2021, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2021 (em reais).

	30.09.2021
<b>Passivos em Moeda Estrangeira</b>	
Empréstimos e Financiamento	911.381
Exposição Patrimonial	<b>911.381</b>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	<b>(891.851)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>19.530</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**e) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía 99,9% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2021	%	31.12.2020	%
Selic	558	0,24%	15.575	6,85%
CDI	229.625	99,76%	211.926	93,15%
Pré-Fixado	-	0,00%	13	0,01%
<b>Total</b>	<b>230.183</b>	<b>100,00%</b>	<b>227.514</b>	<b>100,00%</b>

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	3.547.956	100,00%	3.026.407	100,00%
<b>Total</b>	<b>3.547.956</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.026.407</b>	<b>100,00%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	25.108	0,75%	10.824	0,45%
TJLP	665	0,02%	665	0,03%
CDI	2.135.580	63,93%	1.254.017	51,70%
IPCA	1.172.732	35,11%	1.154.339	47,59%
Libor	6.199	0,19%	5.948	0,25%
<b>Total</b>	<b>3.340.284</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.425.793</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

## f) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho N° 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho N° 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000 dos quais, em 30 de setembro de 2021, estavam disponíveis R\$ 900.000

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.745.723	956.566
Debentures (Nota 21)	1.600.958	1.533.583
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	(6.397)	(64.356)
<b>Dívida</b>	<b>3.340.284</b>	<b>2.425.793</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(255.426)	(166.015)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(79.253)	(92.376)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>3.005.605</b>	<b>2.167.402</b>
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.486.136	3.230.548
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>46%</b>	<b>40%</b>

## Notas Explicativas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2021						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	780	1.032	144.927	793.382	-	940.121
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.874	9.013	40.388	213.197	78.116	345.588
Debêntures	(26)	202.851	228.704	1.370.549	-	1.802.078
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	49.883	654.960	-	704.843
<b>Total</b>	<b>5.628</b>	<b>212.896</b>	<b>463.902</b>	<b>3.032.088</b>	<b>78.116</b>	<b>3.792.630</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2021			
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	59.336	28.688	88.024
<b>Total</b>	<b>59.336</b>	<b>28.688</b>	<b>88.024</b>

## g) Valorização dos instrumentos financeiros

## Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	30.09.2021		31.12.2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalente de caixa					
Títulos e valores mobiliários					
Cauções e depósitos					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis					
Ativos financeiros setoriais					
Instrumentos financeiros derivativos					
Ativo indenizável (concessão)					
<b>Total do ativo</b>					
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Debêntures em moeda nacional					
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Instrumentos financeiros derivativos					
Arrendamentos					
Passivos financeiros setoriais					
Fornecedores					
<b>Total do passivo</b>					

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

**h) Instrumento financeiro derivativo**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					30.09.2021	31.12.2020
Scotiabank		07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	41.865
TOKIO		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	-	13.623
TOKIO II		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	-	4.786
Scotiabank II		01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	-	3.599
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	17.287	483
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(7.775)	-
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(6.946)	-
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 0,1,25% aa	3.831	-
<b>Total</b>					<b>6.397</b>	<b>64.356</b>

A movimentação é como segue:

## Notas Explicativas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Derivativos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.399)</b>
Efeito no resultado financeiro	228.031
Marcação a mercado no resultado	1.669
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(1.695)
Pagamento de juros	2.785
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>215.391</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.356</b>
Efeito no resultado financeiro	36.894
Marcação a mercado no patrimônio líquido	692
Recebimento de principal	(105.750)
Recebimento de Juros	10.205
<b>Saldo em 30 de setembro de 2021</b>	<b>6.397</b>

Em janeiro de 2021 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank III realizada em dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow *Hedge*, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de setembro de 2021 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	17.287	18.185	(898)	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(7.775)	(7.873)	98	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	(6.946)	(7.870)	924	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	3.831	5.385	(1.554)	210.000	
<b>Total</b>	<b>6.397</b>	<b>7.827</b>	<b>(1.430)</b>	<b>880.000</b>	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2021.

#### i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	28.605	124.549	95.944	204.277	175.672
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(28.222)	(122.881)	(94.659)	(201.541)	(173.319)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	34.004	41.377	7.373	48.627	14.623
BNP 4131 II - COELCE	9.742	38.575	28.833	62.534	52.792
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(9.958)	(39.430)	(29.472)	(63.922)	(53.964)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	12.218	14.755	2.537	17.250	5.032
BNP 4131 III - COELCE	1.579	15.933	14.354	27.861	26.282
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PA	(1.583)	(15.977)	(14.394)	(27.939)	(26.356)
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PP	5.085	6.218	1.133	7.334	2.249
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	15.345	64.755	49.410	105.814	90.469
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(15.222)	(64.236)	(49.014)	(104.966)	(89.744)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	18.991	22.903	3.912	26.751	7.760
<b>Total</b>	<b>70.584</b>	<b>86.541</b>	<b>15.957</b>	<b>102.080</b>	<b>31.496</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

**34. Compromissos**

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$583.913 em 2021, R\$2.304.409 em 2022, R\$2.424.977 em 2023, R\$2.583.401 em 2024 e R\$49.955.369 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 30 de setembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

**35. Participação nos resultados**

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 12.123. e R\$ 12.627, respectivamente.

**36. Cobertura de seguros**

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 1.257.128	R\$ 6.321.356
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 78.824
-	Riscos ambientais	01/11/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 135.214

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

**37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa**

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2021	30.09.2020
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(180.821)	(79.930)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.09.2021	30.09.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(75.954)	(63.243)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(207)	(701)
	<b>(76.161)</b>	<b>(63.944)</b>

**Conciliação das atividades de financiamento:**

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.09.2021	30.09.2020	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.380.000	533.079	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(669.400)	(61.152)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(1.326)	(5.465)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	-	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(1.490)	(1.036)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(40.000)	-		Conforme demonstrado no quadro a seguir
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>773.534</b>	<b>465.426</b>		

Em relação aos dividendos, vale ressaltar que a Companhia pagou para sua controladora o montante de R\$ 40.000 referentes à competência do exercício social de 2019 durante os primeiros nove meses de 2021. Tais dividendos foram postergados pela sua controladora considerando a conjuntura econômica do ano de 2020.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações  
trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia Energética do Ceará - COELCE  
Fortaleza – CE

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará - COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de nove meses de 2021.

Fortaleza, 25 de outubro de 2021.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino  
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto  
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro  
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior  
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello  
Diretora de Compras - Vago  
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Charles de Capideville  
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de nove meses de 2021.

Fortaleza, 25 de outubro de 2021.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino  
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto  
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro  
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior  
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello  
Diretora de Compras - Vago  
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Charles de Capideville  
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva